

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Universidade do Porto

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM CASAS HOMOSSEXUAIS:
DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM COM VÍTIMAS
À VIVÊNCIA DAS VÍTIMAS

Maria Helena da Cunha Pedrosa Topa

Setembro 2009

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia, Ramo de Psicologia Clínica e da Saúde, sob orientação da Professora Doutora Celina Manita (FPCEUP)

Resumo

A violência doméstica e conjugal entre pessoas do mesmo sexo evidencia, hoje em dia, números preocupantes e também uma maior visibilidade. O presente estudo visa aceder às representações sociais que os profissionais que trabalham com vítimas têm da violência doméstica e conjugal em casais homossexuais. O primeiro capítulo da dissertação é constituído por um enquadramento teórico, em que se procura delinear o conceito de representação social, por um lado, e fazer uma revisão da principal bibliografia disponível acerca da violência entre parceiros íntimos do mesmo sexo, por outro. O segundo e terceiro capítulos comportam o estudo empírico, empregando uma metodologia quantitativa, numa primeira abordagem, e uma de cariz qualitativo, numa segunda. Assim, no segundo capítulo da tese, procura-se, mediante a construção de um questionário, administrado posteriormente a uma amostra de técnicos de atendimento a vítimas e magistrados do Ministério Público e juizes (N=126), analisar as representações sociais da violência doméstica em casais homossexuais. No terceiro capítulo, procede-se à análise de conteúdo de entrevistas a vítimas de violência doméstica. Os resultados da parte quantitativa do estudo mostram que existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois principais grupos estudados, psicólogos e magistrados; além disso, as diferenças verificam-se igualmente quando comparados os grupos por profissão, área académica e instituição onde trabalham. Estas diferenças sugerem, nomeadamente, que os profissionais da área do direito tendem a mostrar uma menor sensibilidade a algumas das dificuldades que as vítimas de violência doméstica em casais homossexuais enfrentam no pedido de apoio, manifestando maior confiança nas instituições e um menor conhecimento das dinâmicas de violência e vitimização. Os psicólogos, por seu turno, embora confiem na sua capacidade de resposta aos pedidos de apoio das vítimas, traçam um cenário mais pessimista em relação à situação institucional que estas enfrentam. Revelam também um maior conhecimento das dinâmicas de violência. A análise de conteúdo efectuada na parte qualitativa confirma alguns dos temas recorrentes nos relatos de vítimas de violência doméstica em relações com pessoas do mesmo sexo, ao mesmo tempo que suscita novas questões a propósito das dinâmicas de vitimização. Nas reflexões finais, são retiradas algumas conclusões a propósito das diferenças encontradas na primeira parte do estudo, no que diz respeito a mudanças na preparação dos profissionais envolvidos no atendimento e apoio a vítimas, mais consentâneas com as necessidades manifestadas pelas mesmas.

Palavras-chave: homossexualidade, violência doméstica, representações sociais, profissionais de atendimento a vítimas, vivências de vítimas

Abstract

Domestic violence between same-sex partners shows preoccupying numbers but also knows greater visibility today. This thesis investigates the social representations of domestic violence in homosexual couples in people who are professionally involved with assisting victims. The first part consists of a theoretical introduction to the main subjects: it seeks to outline the concept of social representation, on the one hand, and to review the literature about the violence between intimate partners of the same sex, on the other. The empirical study comprises two moments: in the second part of this investigation, we perform a quantitative analysis of the social representations of same-sex domestic violence by means of constructing and applying a questionnaire to victim service providers and Public Ministry prosecutors and judges (N=126); in the third, we interview two victims of same-sex domestic abuse. The results of the quantitative part of the study show that there are significant differences between the two main groups studied in our survey, psychologists and prosecutors; furthermore, the differences are also verifiable when the groups are compared by profession, as well as by academic field, and the institution they work in. These differences suggest that particularly those working in the field of law tend to minimize some of the difficulties that victims of domestic violence in gay couples go through when seeking institutional support. They also appear to rely more on institutions as a whole to respond to victims' needs, and tend to be less knowledgeable of violence and victimization dynamics. On the other side, psychologists, while showing confidence in their capability to respond to victims' seek of support, tend to be more pessimistic when the institutional obstacles faced by victims of same-sex partner relationship are at stake. They also appear to be more knowledgeable of violence and victimization dynamics. The content analysis performed in the third part confirms some of the recurring themes mentioned by victims of domestic violence in homosexual relationships, while raising new questions about the dynamics of victimization. Some conclusions are drawn about the differences found in the second part of the study, regarding the preparation of all professionals assisting victims according to the needs expressed by victims.

Keywords: homosexuality, domestic violence, social representations, victim service providers, victims' experiences

Résumé

La violence domestique dans les couples homosexuels est une réalité dont les nombres sont préoccupants, mais qui est aujourd'hui aussi plus visible. Cette étude prend pour objet les représentations sociales de la violence conjugale dans les couples homosexuels chez les professionnels qui travaillent avec des victimes. Le premier chapitre présente un cadre théorique qui vise, d'un côté, à définir le concept de représentation sociale et, de l'autre, à examiner les principaux travaux d'investigation disponibles sur le sujet de la violence dans les couples du même sexe. L'étude empirique qui s'ensuit, divisée en deux parties, propose une méthode quantitative, dans la première, et qualitative, dans la deuxième. Dans la première partie, nous nous proposons à accéder aux représentations sociales de la violence domestique dans les couples homosexuels, à travers la construction d'un questionnaire administré à des professionnels de prise en charge de victimes et à des magistrats du Ministère Public et des juges (N=126). Dans la deuxième partie, nous procédons à l'analyse de contenu des entretiens avec des victimes. Les résultats de la première partie de l'étude montrent que des différences statistiquement significatives existent entre les deux principaux groupes étudiés, les psychologues et les magistrats. Ces différences montrent que particulièrement ceux qui travaillent dans des professions juridiques ont tendance à être moins sensibles aux difficultés que les victimes de la violence domestique dans les couples homosexuels doivent faire face en cas de demande d'aide. Ils ont tendance, en outre, à faire plus confiance aux institutions et revèlent aussi moins de connaissances au sujet des dynamiques de violence et victimisation. Les psychologues, par contre, se revèlent plus pessimistes vis-à-vis la situation institutionnelle des victimes en cas de demande d'aide; pourtant, ils se perçoivent comme étant compétents et capables de répondre aux besoins des victimes. Ils revèlent aussi plus de connaissances sur les dynamiques de violence et victimisation. Le contenu des analyses effectuées dans la deuxième partie confirme quelques-uns des thèmes récurrents évoqués par les victimes de violence domestique dans les relations homosexuelles, tout en soulevant de nouvelles questions sur les dynamiques de victimisation. En conclusion, quelques réflexions s'ensuivent autour des différences trouvées dans la première partie de l'étude, surtout en ce qui concerne les changements nécessaires à une meilleure préparation des professionnels qui travaillent avec des victimes de violence conjugale homosexuelle, en fonction des besoins exprimés par celles-ci.

Mots-clés: homosexualité, violence domestique, représentations sociales, professionnels d'assistance aux victimes, expériences de victimes

Agradecimentos

À **Professora Doutora Celina Manita**, minha orientadora, pela forma exemplar como acompanhou os muitos trabalhos e percalços que conduziram à redacção final desta tese, pelo apoio constante nas dificuldades e por toda a aprendizagem que com ela fiz ao longo destes últimos dois anos.

À **Professora Doutora Isabel Rocha Pinto**, pelos preciosos esclarecimentos prestados em matéria de análise estatística.

A todos quantos participaram neste estudo e às instituições que facilitaram o acesso aos técnicos de apoio à vítima, designadamente o **Gabinete de Estudos e Atendimento a Agressores e Vítimas (GEAV, FPCEUP)**, à **Unidade de Consulta em Psicologia da Justiça da Universidade do Minho**, à **Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)**, a **Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG)**, ao **Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica do Gabinete de Atendimento à Família (GAF, Viana do Castelo)** e a **União das Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR)**.

Às associações **ILGA**, **Opus Gay**, **PortugalGay** e **rede ex aequo**, e à **Isabel Freire**, no blog **Sexualidade Feminina**, que amavelmente cederam um espaço nas suas páginas *online* para a divulgação do meu pedido de entrevista com vítimas de violência doméstica.

Às minhas colegas, **Carina Silva** e **Vanessa Ribeiro**, pela valiosa ajuda na recolha de dados.

A todos os que, mesmo não tendo participado neste estudo, por motivos diversos, manifestaram vontade de colaborar.

Em particular, gostaria de demonstrar o meu reconhecimento às pessoas que acederam a conceder-me uma entrevista para a segunda parte do trabalho.

Ao meu padrinho, **José Luís Costa**, pela amizade, cumplicidade, exigência e motivação constantes e pelo apoio ilimitado ao longo destes cinco anos de curso.

À minha colega, **Mariana Sousa**, que sempre acompanhou com interesse o curso deste trabalho, pela solidariedade e pela amizade.

Ao meu amigo **José Luís Mesquita**, pelo apoio afectivo (e efectivo) e pelo muito que aprendo com ele.

À **Gabriela Moita**, pelo incentivo que a sua investigação representou para este trabalho, mas também pelo exemplo que é para mim, e por acreditar, certamente mais depressa do que eu, que aqui chegaria.

À **Rita**, pelo que é mais difícil de exprimir.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
1. A teoria das representações sociais	4
2. Violência conjugal em casais homossexuais	9
CAPÍTULO II. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM CASAIS HOMOSSEXUAIS DE PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM COM VÍTIMAS	16
1. Considerações prévias	16
2. Objecto, objectivos e questões orientadoras	16
3. Metodologia	16
3.1. Instrumentos	16
3.2. Procedimento	17
3.3. Caracterização da amostra	17
4. Resultados	18
4.1. Estudo exploratório	18
4.2. Estudo principal	19
5. Discussão dos resultados	30
CAPÍTULO III. VIVÊNCIAS DE VÍTIMAS	37
1. Objectivos e questões orientadoras	37
2. Metodologia	37
2.1. Instrumento e procedimento	37
2.2. Caracterização da amostra	38
2.3. <i>Grounded theory</i>	38
3. Análise de conteúdo das entrevistas	39
4. Discussão dos resultados	44
REFLEXÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
ANEXOS	56

INTRODUÇÃO

A violência doméstica em casais homossexuais é um fenómeno de que ainda pouco se sabe em Portugal. Apesar de, nas últimas três décadas, terem surgido bastantes trabalhos de investigação, sobretudo em países anglo-saxónicos, mas também já alguns entre nós, que vão lançando alguma luz e produzindo conhecimento acerca de uma realidade existente, ainda que escondida, continua a ser um tema cujos contornos se ignoram, em grande medida.

Muito embora nos últimos anos os meios de comunicação social tenham dado alguma visibilidade a este fenómeno, tanto em reportagens dedicadas especificamente ao tema das relações conjugais entre pessoas do mesmo sexo, como em trabalhos enquadrados na temática da violência doméstica em geral, é ainda um tema marginal na sociedade portuguesa.

Da parte das instituições de apoio à vítima tem-se assistido a um acréscimo de investimento nesta matéria, nomeadamente em acções de prevenção e apoio a situações de violência doméstica na população homossexual, como é o caso da campanha da APAV, a decorrer neste momento. Ao mesmo tempo, a comunidade académica e os organismos políticos têm-se interessado por este fenómeno, como se pode comprovar pelos projectos de investigação já concluídos e em curso.

O propósito desta pesquisa é tentar perceber as representações sociais da violência doméstica entre pessoas do mesmo sexo nos profissionais que trabalham, de modo mais ou menos directo, com vítimas de violência doméstica e conjugal, bem como conhecer as experiências das vítimas. Trata-se dos dois grupos de pessoas mais directamente envolvidos nesta problemática, aos quais porventura ela dirá mais respeito de forma imediata. Por essa razão, fazia sentido a focalização nestas duas populações: sendo um fenómeno pouco visível, e especialmente alvo de segredo, decidimos começar pelos actores principais.

Numa primeira fase deste projecto de investigação, previa-se levar a cabo um estudo que permitisse conhecer e comparar as representações de três grupos profissionais ligados ao atendimento à vítima: técnicos de atendimento a vítimas, magistrados e polícias. Uma vez que a autorização para a recolha de dados junto a este último grupo profissional chegou apenas depois de concluída a dissertação, e tendo em conta que receberemos apenas um número relativamente reduzido de respostas de magistrados, este objectivo inicial teve de ser ajustado aos dados que foi possível recolher em tempo útil. Deste modo, prevê-se que a concretização do projecto inicial, que comportava a análise comparativa entre três grupos, seja levada a cabo em estudo futuro.

Foi concebido, assim, um plano de investigação dividido em duas partes, uma em que procurámos aceder às representações que os profissionais de atendimento a vítimas e magistrados têm acerca deste fenómeno, e outra em que tentámos, através de relatos de

vítimas de violência em relações homossexuais, compreender melhor os contornos de que se pode revestir. Visa-se, assim, na primeira parte, conhecer as representações sociais de profissionais que estão na primeira linha da intervenção junto a vítimas de violência doméstica, e que estão, à partida, mais próximos desta realidade, quer no apoio psicológico, social, quer no encaminhamento jurídico, procurando, a partir dos resultados obtidos, reflectir acerca de possíveis implicações na sua prática profissional. Na segunda parte, pretende-se conhecer as experiências das vítimas de violência doméstica e, em articulação com a primeira, perceber, entre outras coisas, se estas recorrem ou não, e por que razões, a serviços de apoio à vítima ou às autoridades (judiciais ou policiais).

O primeiro capítulo do trabalho procura enquadrar, do ponto de vista teórico, o fenómeno que nos propomos estudar. Faz uma revisão da principal bibliografia disponível, tanto a relativa à teoria das representações sociais, num primeiro momento, como à violência doméstica em casais homossexuais, num segundo. Daqui se podem extrair as questões mais relevantes para a construção de um instrumento de pesquisa adequado ao nosso objecto de estudo.

O segundo capítulo comporta a parte quantitativa do estudo empírico, em que nos propomos analisar as representações sociais acerca da violência doméstica entre pessoas do mesmo sexo em profissionais que trabalham com vítimas, neste caso, técnicos de atendimento a vítimas e magistrados, através de um questionário construído especificamente para este estudo. No final, procede-se a uma discussão dos resultados estatísticos obtidos.

No terceiro capítulo, que constitui a segunda parte do estudo empírico, de cariz essencialmente qualitativo, são apresentados e discutidos os resultados da análise de conteúdo de duas entrevistas a vítimas de violência no contexto das suas relações homossexuais, ambas mulheres. Para orientar estas entrevistas, foi elaborado um guião contemplando questões acerca das trajectórias, dinâmicas e tipos de violência, o impacto que a violência teve na(s) relação(ões), as formas de lidar com as situações relatadas, bem como o recurso a apoio institucional. Pediu-se ainda que as entrevistadas se pronunciassem sobre o modo como vêem a abordagem deste fenómeno na nossa sociedade.

A tese termina com algumas reflexões acerca de como o fenómeno em estudo é encarado pelos profissionais de diversas instituições, por um lado, e perspectivado pelas vítimas, por outro, procurando-se ao mesmo tempo apontar alguns caminhos para estudos futuros e para a assunção de medidas no sentido de alargar o âmbito de apoio efectivo às vítimas de violência conjugal em casais homossexuais.

CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. A teoria das representações sociais

A apreensão do real, o modo como o ser humano se relaciona com a realidade circundante, é um fenómeno tão complexo como aparentemente ao alcance do senso comum. É passível de ser descrito pelo discurso das mais diversas ciências como pelo conhecimento prático do homem comum, pelas teorias psicológicas mais sofisticadas, em leituras do humano que se opõem e se complementam umas às outras, como pelo saber espontâneo do não cientista. Estas formas de produção de conhecimento, de relacionamento com o mundo em volta, a do cientista e a do homem comum, não se excluem mutuamente, ainda que a contraposição o possa dar a entender; no entanto, percorrem trajectórias diferentes, têm funções e alcances distintos.

Na confluência dos dois caminhos, o do saber dito ingénuo, e o das ciências psicológicas, designadamente, tentar perceber os modos de apreensão, compreensão e significação do mundo é uma tarefa tanto mais desafiante se se considerar a complexidade das sociedades modernas, a velocidade com que nelas circula a informação, com que os indivíduos têm de captar os fenómenos em seu redor. É esse saber em devir constante, essa dinâmica, e não estruturas cristalizadas ou estabelecidas, que Moscovici se propõe estudar (Moscovici, 1988).

A leitura da mudança, da transformação constante dos fenómenos sociais, nomeadamente, é algo com que os indivíduos e os grupos se vêem confrontados em permanência e a que têm de dar resposta, de forma mais ou menos activa; é também algo com que os os estudiosos das ciências sociais se debatem ao tentar perceber, nas suas múltiplas dimensões, estas formas de conceber e dar sentido ao social, ao mundo em volta. É neste sentido que Serge Moscovici desenvolve o conceito e a teoria das representações sociais, nas suas palavras, autênticas formas de criar o mundo em volta: “ways of world making” (Moscovici, 1988, p.231). De que modo os indivíduos retiram informação do que vai acontecendo, como lhe conferem sentido, como criam sentido para si próprios e partilham conhecimento com outros?

A teoria das representações sociais remonta a um primeiro estudo de Moscovici (1961) acerca do modo como a psicanálise, enquanto teoria científica, foi apropriada pelo discurso do senso comum. Ainda que nascida no âmbito da disseminação pública do conhecimento científico, a teoria das representações sociais, hoje com forte implantação no campo da Psicologia Social, permite, de uma forma mais ampla, proceder ao estudo dos fenómenos psicossociais nas sociedades modernas (Wagner *et al.*, 1999). Mais especificamente, estuda as elaborações colectivas acerca de objectos sociais, construídas de modo a criar uma base de comunicação sobre eles e de fundamentar comportamentos e acções (*ibid.*).

Definindo representação social, na esteira de Moscovici (1961), enquanto conjunto de ideias, pensamentos e sentimentos expressos através da palavra, mais amplamente do discurso e também dos comportamentos, constituindo assim um objecto para um determinado grupo social, Wagner *et al.* (1999) salientam o carácter construtivista que este conceito foi reclamando. Na realidade, a teoria das representações sociais pode ser considerada um dos contributos para o estudo mais vasto das cognições sociais numa óptica construtivista (Vala, 2000, Cabecinhas, 2004), entendendo-as justamente como criações acerca do real social e não meros reflexos ou respostas de um indivíduo ou de um grupo, como sublinham diversos autores (Moscovici, 1988, Jodelet, 1986, 1994, Vala, 2000).

Nesta medida, a teoria das representações sociais nasce também da necessidade de perceber a leitura dos fenómenos sociais em estado nascente, no contexto de um paradigma de sociedade enquanto entidade pensante, isto é, criadora de conceitos, imagens, teorias, que se opõe à concepção do humano que funcionaria como mero “reflexo” de ideologias mais ou menos hegemónicas (Moscovici, 1984, *cit. in* Vala, 2000). Do ponto de vista teórico e epistemológico, a teoria das representações sociais, nas suas diversas vertentes, entronca em concepções cognitivistas e construtivistas acerca da psique humana.

Mediação entre a realidade psíquica e a realidade externa (Moscovici, 1988), pode considerar-se que as representações sociais comportam duas vertentes: numa primeira, podem constituir versões ou traduções (Arruda, 2002), ou ainda uma “vulgarização” (Moscovici, 1988) da linguagem de um campo do saber ou do discurso científico para uma linguagem do senso comum, tal como Moscovici evidencia no seu estudo seminal (Moscovici, 1961). Numa segunda, podem ser encaradas como tentativas de lidar com realidades sociais novas, desconhecidas ou mesmo ameaçadoras, por parte dos indivíduos e dos grupos sociais. Se, na primeira vertente, os seres humanos se apresentam como “sábios amadores”, nas palavras de Moscovici (1961), na segunda configuram-se sobretudo enquanto construtores de conhecimento sobre o real. Em ambos os casos, porém, trata-se de uma actividade cognitiva que visa assimilar fenómenos do quotidiano, factos, acontecimentos, discursos, realidades sociais enfim, tal como se vão apresentando ao homem comum (Semin, 1995).

Perante fenómenos sociais novos, percebidos como estranhos, perturbadores ou até disruptivos, os indivíduos e os grupos procuram lidar de diversas formas com objectos para os quais não têm (ainda) pontos de referência, ou têm poucos, vendo-se assim na iminência de (re)criá-los através de um discurso que os torne mais perceptíveis e comensuráveis. Citem-se, a título de exemplo, os estudos de referência de Herzlich acerca da representação social da doença (Herzlich, 1969) e de Jodelet acerca da representação social da loucura (Jodelet, 1989).

Tal implica, como Moscovici (1988) e outros autores (nomeadamente Jodelet, 1986, 1994) sublinham, uma relação de interpretação, de simbolização, enfim, de construção de

significados. Na base da teoria das representações sociais encontra-se o conceito de representação, articulando-se com uma determinada concepção do termo social.

Representar significa, por um lado, seguindo o estudo de Jodelet (1986), substituir algo, estar ou colocar no lugar de algo ou alguém; por outro lado, significa tornar presente, concreta e objectivamente, quer através do corpo, da escrita, do traço, quer através da actividade mental. Em qualquer dos casos, é uma actividade que põe em jogo um sujeito que cria algo, um objecto em sentido amplo. A relação com esse algo ou objecto não é linear ou unidireccional, mas sim bidireccional e de mútua implicação, dado que o objecto é criado ou elaborado em contexto situacional, cultural, ideológico. Criar, por exemplo, uma representação acerca de uma doença como a sida, como salienta Moscovici (1988), não é algo feito do nada, no vazio, mas sim num contexto histórico determinado e tendo por base uma série de ideias e figurações acerca do que é doença em geral e do que é (ou foi na década de 80 do século passado) a sida em particular.

Toda a palavra, toda a imagem ou representação em sentido mais lato, comporta uma face figurativa (a imagem mental que possuímos ou vamos criando) e uma face significadora (*grosso modo*, o investimento de sentido), indissociáveis entre si e que no seu conjunto compõem uma visão, uma teoria específica acerca de determinado fenómeno, acontecimento, que desse modo se torna objecto mental dotado de características semânticas e de propriedades comunicativas que permitem a sua transmissibilidade e partilha verbal a um conjunto alargado de indivíduos. No entanto, esta imagem particular (para um sujeito ou para um grupo) é tudo menos uma “cópia” ou um reflexo do real; ela é, como acima se referiu, justamente uma construção (individual e/ou colectiva) de um objecto, com uma significação mais ou menos particular de um grupo, mais ou menos alargado a vários grupos sociais. Ela pode ser, na senda dos estudiosos das representações sociais, uma “vulgarização” de conhecimentos científicos, como acima sublinhámos a propósito da psicanálise, mas também, em sentido mais lato, um enviesamento, uma incorrecção decorrente do próprio funcionamento do sistema cognitivo (Vala, 2000). A relação face ao real pode provocar distorções, reduções, atribuições erróneas, como salienta Jodelet (1994) a propósito das representações sociais da doença mental, algo que ocorre pelas razões inerentes ao modo como as operações mentais se sucedem, mas que também comporta uma função de protecção face a uma realidade ou a um fenómeno potencialmente ameaçador.

A teoria das representações sociais surge, assim, como forma de dar conta deste processo de “*coping* simbólico” (Wagner *et al.*, 1999, p.97), ou de “domesticação do estranho” (Doise & Palmonari, 1986), através dos quais um grupo ou uma comunidade passam a partilhar um determinado objecto e um discurso acerca dele e, por essa via, um dado comportamento e também uma certa identidade. Nesta apropriação do “não familiar”

(Moscovici, 1961), são postos em marcha certos processos sócio-cognitivos e discursivos, nomeadamente a objectivação e a ancoragem.

A objectivação consiste, nas palavras de Moscovici (1961, p.107), em tornar real, concreto, um esquema conceptual, dando a uma imagem uma contrapartida material, i.e., passando por um processo de figuração verbal (metáforas, símbolos) ou icónica. A objectivação desdobra-se numa sequência de processos: a *construção selectiva*, em que se dá uma selecção e uma descontextualização do objecto, a *esquematisação*, responsável pela criação de um nó figurativo, e por fim a *naturalização*, resultando no estabelecimento de categorias que passam a funcionar como uma espécie de classificações naturais do fenómeno (Vala, 2000). Tomando a da representação social da psicanálise como exemplo, a construção selectiva corresponde à escolha ou enfoque em determinados aspectos da teoria (e.g., o inconsciente, o recalçamento), retirando-os do seu contexto científico original. A esquematização, por seu turno, equivale ao gerar de uma imagem simplificada, figura ou esquema gráfico, que permite apreender de forma sucinta as noções-chave da teoria psicanalítica, tais como a estrutura do psiquismo (e.g., *ego*, *id*, *superego*). Quanto à naturalização, implica um último momento de passagem dos conceitos seleccionados e esquematizados para a realidade; aquilo que é percepção torna-se uma classificação natural (Vala, 2000). Entidades abstractas ou conceptuais ganham contornos materiais, são personificados neste processo de familiarização (e.g., “o inconsciente é inquieto”, Jodelet, 1986, p. 483).

A ancoragem será, por seu turno, o processo através do qual o novo objecto passa a ser significado por e para um colectivo, através de categorizações, denominações, etiquetas (Doise & Palmonari, 1986), podendo, assim, tanto preceder como ser subsequente à objectivação (Vala, 2000). Ela precede a objectivação no sentido em que constitui um primeiro momento de interpretação do fenómeno e de elaboração do objecto de modo associativo, a partir de pontos de referência anteriores, familiares (e.g., a sida como peste do século XX, a terapia psicanalítica como uma espécie de confissão). Enquanto sequência do processo de objectivação, a ancoragem equivale, ela própria, a um novo ponto de referência para a leitura do objecto social e para a assunção de determinados comportamentos em relação a ele [e.g., ver a sida como a peste do século XX pode implicar uma defesa do tratamento da nova doença com os métodos utilizados para erradicar a peste (Vala, 2000)].

Dependendo do modo como se articulam os processos de objectivação e ancoragem, e sobretudo das relações entre membros de um grupo, as representações podem tornar-se sociais, segundo a tipologia de Moscovici (1988), de três modos distintos, designadamente como representações *hegemónicas*, *emancipadas* ou *polémicas*. As primeiras são partilhadas por todos os membros de um grupo estruturado (um partido, uma nação) sem terem sido criadas necessariamente por esse grupo. São uniformes e coercivas,

reflectem valores comuns, inquestionáveis. As representações sociais emancipadas resultam da circulação de ideias e de conhecimentos pertencentes a subgrupos que estão em maior ou menor contacto entre si: cada um dos subgrupos sustenta uma versão própria, autónoma, que partilha com os outros subgrupos, havendo complementaridade entre as diferentes versões. Por último, as representações polémicas são geradas no decurso de conflitos sociais, controvérsias, resultando no antagonismo, na exclusão mútua de versões ou leituras acerca de um mesmo objecto; implicam, por isso oposição, dissensão entre subgrupos.

De acordo com Vala (2000), esta tipologia pode relacionar-se com as modalidades de comunicação que permitem activá-las, trazê-las para a esfera pública, também elas estudadas por Moscovici (1961), a saber, a *propagação*, a *difusão* e a *propaganda*. A propagação relacionar-se-ia com as representações hegemónicas, na medida em que visa regular e manter as representações já existentes e integrar as novas no quadro de referências existente. A difusão, dirigindo-se não a um grupo monolítico, mas a uma pluralidade de públicos, estaria na base da comunicação das representações emancipadas, admitindo uma pluralidade de pontos de vista, contraditórios inclusive, supondo e respeitando uma equivalência entre eles. A propaganda, por seu turno, seria típica das formas de comunicação que dão a conhecer as representações polémicas, dado que oferece uma visão do mundo de contornos bem definidos, colidindo frontalmente ou entrando em ruptura com outras; neste sentido, fomenta a identidade do grupo por oposição a outros, ao mesmo tempo que exerce funções de “regulação, organização e mobilização do grupo” (Rouquette, 1984, *cit. in* Vala, 2000, p. 478).

Do ponto de vista metodológico, o estudo das representações sociais comporta uma variedade de procedimentos, susceptíveis de dar conta da complexidade dos fenómenos estudados, da sua multiplicidade, do seu enraizamento numa perspectiva histórica e cultural, tal como sublinha Wagner *et al.*, (1999), desde os mais puramente qualitativos aos quantitativos: destacam-se os estudos de observação etnográfica, as entrevistas mais ou menos estruturadas, o trabalho com *focus groups*, a análise dos *media*, a análise de associação livre ou de associação de palavras, a administração de questionários.

Entendida, deste modo, como construtora de realidade e de significados num processo articulado de objectificação e ancoragem, a teoria das representações sociais afigura-se especialmente adequada para ler as percepções, os pensamentos, as teorias, os comportamentos dos indivíduos e dos grupos sociais, em acepção lata, acerca de fenómenos sociais ou conceitos emergentes. A violência doméstica/conjugal em casais homossexuais, mesmo não sendo um fenómeno inteiramente novo, é certamente pouco conhecido.

O presente trabalho visa estudar, no seio de um grupo profissionais ligados ao atendimento a vítimas de violência doméstica, os contornos de uma representação social

porventura nascente. Nessa medida, a noção de representação social que subjaz ao nosso estudo enquadra-se na tentativa de perceber a emergência de um determinado fenómeno social em grupos sociais definidos. A questão de base é, assim: De que modo os indivíduos ligados profissionalmente ao atendimento a vítimas lêem, compreendem e constroem uma dada representação acerca da violência doméstica entre casais do mesmo sexo? Por outro lado, como se caracterizam estas representações? Em que outros fenómenos encontram os seus pontos de referência e ancoragem? Que diferenças existirão no seio de diferentes grupos?

2. Violência Conjugal em Casais Homossexuais

É no contexto dos estudos sobre violência doméstica e, mais amplamente, sobre vitimologia, surgidos desde a década de 40 do século XX (Gonçalves & Machado, 2002), que pode ser enquadrada a investigação acerca da violência entre pessoas do mesmo sexo que vivem numa relação conjugal. Desde os anos 80 do século XX que os trabalhos de investigação sobre a violência conjugal em casais homossexuais têm vindo a contribuir para a criação de referenciais teóricos e empíricos que lançam as bases para o estudo e a discussão acerca de um fenómeno remetido, de forma mais notória do que a violência conjugal nos casais de sexo diferente, para a esfera do privado, do segredo ou até do esquecimento. Alguns autores falam mesmo de um “segundo armário” (Vickers, 1996; Nunan, 2004) para significar essa “dupla invisibilidade” (Antunes & Machado, 2005) que incide sobre pessoas que, numa relação homossexual (primeiro objecto de discriminação), são, para além disso, vítimas da violência do(a) parceiro(a) (segundo foco de discriminação) e, acrescentando a este facto, do silenciamento.

O Código Penal português, na última revisão de 2007,¹ prevê pela primeira vez, no artigo 152, nº 1, alínea b), que o crime de violência doméstica abranja explicitamente “pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação” (Almeida & Vilalonga, 2007, p.100). Ainda que esta nova redacção do artigo atinente à violência doméstica dê conta da consciência de um novo fenómeno, punível por lei, emergindo da representação de uma realidade até aí não tipificada, a verdade é que, no ano anterior à referida revisão do Código Penal, um parecer da Associação Sindical de Juízes considerava ainda que não podia haver crime de violência doméstica quando um casal é composto por duas pessoas do mesmo sexo. Dado que o Código Civil não prevê o casamento entre duas pessoas do mesmo sexo, o Código Penal também não poderia estabelecer a violência doméstica entre casais homossexuais como um crime específico dos relacionamentos conjugais ou paraconjugais. Além disso, citando um dos autores do parecer, “não está minimamente demonstrado que estas situações [de violência] existem” (Agência LUSA, 2006). Poder-se-á dizer que, a haver

¹ A este propósito, cf. Beleza (2007).

uma representação social deste fenómeno, ela será, na esteira de Moscovici, uma representação polémica, pelo menos no âmbito da justiça e da jurisprudência.

Os estudos publicados nas três últimas décadas acerca da violência doméstica entre pessoas do mesmo sexo podem ser encarados, por um lado, como tentativas de dar conta de um fenómeno aparentemente inexistente, por assim dizer, ainda não apropriado por processos de representação social, procurando caracterizá-lo no âmbito dos estudos sobre violência conjugal em geral, e, por outro, na sua especificidade. Assim, salienta-se toda uma panóplia de trabalhos, oriundos, alguns deles, de associações LGBT (Broken Rainbow LGBT Domestic Violence Project, UK, 2005) ou de ONGs (ACON, NCAVP, NRCDV),² com objectivo de informar, divulgar, orientar. Outros autores sustentam, para além disso, uma perspectiva mais teórica, conceptualizante, que engloba aspectos políticos em sentido lato (Herek, 1991,³ Knauer, 1999), jurídicos (Knauer, 1999, Martins & Machado, 2007), pedagógicos ou de prevenção e de apoio a vítimas de violência conjugal (Renzetti, 1988; Leventhal & Lundy, 1999; Chesley, MacAuley, & Ristock, 1998; Ristock, 2002).

Na revisão bibliográfica efectuada, é de sublinhar, sobretudo em relatórios e trabalhos recentes, uma preocupação de reformulação do conceito e da designação da violência doméstica/conjugal em casais homossexuais. Dado que é um conceito estudado tendo ainda por referência a violência doméstica/conjugal entre casais heterossexuais, numa espécie de processo de ancoragem, importa especificá-lo, enquadrando-o no contexto da chamada violência entre parceiros íntimos (Kashak, 2001). Este termo surge como necessidade de precisar o contexto e os actores, na medida em que violência doméstica se pode aplicar a um conjunto de situações de maus tratos praticados na esfera privada. Assim, a violência entre parceiros íntimos pode ser definida como “um padrão de comportamento em que um dos parceiros coage, domina e isola o outro, a fim de manter o poder e o controlo sobre o parceiro” (NCAVP, 2007). Ou, na definição citada por Richards, Noret e Rivers (2003, p.5): “Qualquer incidente de comportamento ameaçador, violência ou abuso (psicológico, físico, sexual, económico ou emocional) entre adultos que são, ou foram, parceiros íntimos ou membros da mesma família, independentemente do género.” Tais definições procuram ser inclusivas, na medida em que contemplam todas as relações de intimidade conjugal, independentemente do género dos parceiros e da sua orientação sexual. A segunda definição vai um pouco mais além, no sentido em que se demarca mais nitidamente de uma lógica unidireccional da relação entre agressor(a) e vítima.

O esforço de definição de conceitos justifica-se na medida em que é percebida a importância da ancoragem no fenómeno mais vasto da violência doméstica/conjugal, mas

² Utilizamos aqui as siglas das instituições, por uma questão de economia de espaço. Os nomes encontram-se por extenso nas referências bibliográficas.

³ O estudo de Herek debruça-se sobre o fenómeno da discriminação anti-LGBT em termos gerais, não referindo a questão da violência doméstica; no entanto, faz uma revisão importante dos aspectos jurídicos que levam à hostilidade institucional que incide sobre pessoas com orientação homossexual, bem como de algumas estatísticas que traduzem uma certa representação social.

também porque permite delinear com mais clareza as semelhanças e as diferenças entre a violência que ocorre entre casais de pessoas de sexo diferente e do mesmo sexo, contextualizando-as no âmbito conjugal especificamente. Assim, no que diz respeito à dinâmica da violência entre parceiros íntimos, é muito semelhante, nas duas situações, o padrão cíclico e em escalada, descrito, entre outros por Walker (1979). Por outro lado, há aspectos comuns no tocante aos tipos e âmbito de ocorrência dos comportamentos abusivos, nomeadamente nos planos físico, verbal, emocional, económico, mais especificamente na presença de ameaças e coacção, intimidação, isolamento, negação da violência, manipulação dos filhos e da relação com eles. Adoptamos, assim, esta categorização baseada na “roda do poder e do controlo” desenvolvida pelo projecto de intervenção sobre a violência doméstica (Domestic Abuse Intervention Programs, o chamado projecto de Duluth), dada a sua expansão enquanto modelo estruturador e explicativo das dinâmicas de violência doméstica, e da violência conjugal em particular.

Mais recentemente, este modelo tem servido para ancorar uma “roda do poder e do controlo” adaptada às diferenças e especificidades da violência entre parceiros íntimos LGBT. Surge publicada, nomeadamente, como apêndice ao relatório do National Coalition of Anti-Violence Programs, referente ao ano de 2006 (NCAPV, 2007),⁴ sendo de sublinhar a inclusão dos aspectos que podem ser considerados diferenciadores face à “roda” do projecto Duluth. Estes novos factores procuram sistematizar as diferenças que praticamente todos os estudos acerca da violência entre casais LGBT focam e que são, em síntese: 1) A ameaça de revelação da orientação sexual do parceiro (*outing*); 2) A revelação da eventual presença do VIH no parceiro; 3) A assunção da violência como mútua e consensual, caracterização da violência como comportamento normal nas relações LGBT; 4) O reforço do medo em relação à falta de apoio (policial, jurídico e outros) a vítimas de violência nos casais do mesmo sexo; 5) O questionamento da “verdadeira” orientação sexual do parceiro (NCAPV, 2001). Na nova “roda do poder e do controlo”, estes factores acrescem aos já presentes na roda do projecto Duluth, explicitando nomeadamente: o heterossexismo, a homofobia/bifobia, a transfobia e os abusos relacionados com a presença de VIH num dos parceiros.

Em termos de prevalência, os estudos revelam uma grande variabilidade dos casos relatados de violência conjugal entre parceiros do mesmo sexo. Como referem Irwin (2008) e Pattavina, Hirschel, Buzawa, Faggiani e Bentley (2007), os investigadores encontram numerosas dificuldades na determinação de dados estatisticamente seguros em relação à prevalência e à incidência destes casos, o que explica, em parte, a grande disparidade de números encontrados, dependendo da zona geográfica, da população estudada (*gays* e/ou lésbicas, bissexuais, transgéneros, intersexos), do tamanho da amostra, das reticências das

⁴ Ristock (2002) faz uma resenha das diversas “rodas do poder e do controlo” adaptadas à população LGBT e criadas ao longo da década de 1990.

próprias vítimas em apresentar queixa ou simplesmente de relatar situações de abuso. A maioria dos estudos aponta para percentagens médias que rondam os 25%-30%, comparáveis, e sempre comparadas, às que se verificam entre casais heterossexuais. No entanto, a variação entre os 17% num estudo (Loulan, 1987) e os 73% noutra (Lie *et al.*, 1991, *cit. in* Irwin, 2008), para mencionar apenas trabalhos que incidem sobre violência entre casais de lésbicas,⁵ evidencia bem o risco de generalizar e, sobretudo, de encarar a população dos casais homossexuais em que ocorre violência conjugal de forma homogénea. Como diversos estudos sublinham, estamos, contudo, perante um fenómeno indesmentível, havendo alguns autores que apontam mesmo para a necessidade de se encarar a violência entre parceiros íntimos como um dos problemas mais graves de saúde pública na população homossexual, ficando, entre gays, apenas atrás do VIH-Sida (Kirkland, 2004).

Em Portugal, embora sejam ainda escassos os estudos académicos acerca deste fenómeno, dois trabalhos recentes (Antunes & Machado, 2005; Costa, Machado, & Antunes, no prelo) revelam dados acerca da prevalência e das dinâmicas de perpetração e vitimação que obrigam a encarar a violência íntima entre pessoas do mesmo sexo como uma realidade impossível de ignorar. Se o estudo de Antunes e Machado (2005) apontava para uma prevalência na casa dos 20%, em que 15.9% dos participantes admitiam ter agredido o(a) parceiro(a) e 20.6% referiam ter sido vítimas de pelo menos um acto abusivo, já o estudo mais recente, de Costa, Machado e Antunes (no prelo) chega a percentagens bem mais elevadas, em que 39.1% dos participantes se assumem como perpetradores de comportamentos abusivos e 37.7% revelam ter sido vítimas, embora a amostra deste estudo seja bastante mais jovem (com uma média de 29 anos) do que a do primeiro (com 37 anos de idade, em média). Este último estudo mostra ainda que o tipo de violência exercido e sofrido é maioritariamente de natureza psicológica, seguindo-se os abusos físicos, predominando, nestes, actos de “pequena violência”, e, de forma quase residual, a violência sexual.

O fenómeno da violência entre parceiros íntimos do mesmo sexo vem pôr em causa a tradicional concepção de violência conjugal enquanto violência de género que implica uma relação de poder e controlo exercida, em larga percentagem, pelo homem sobre a mulher. De facto, uma das questões que surgem com a visibilidade crescente da violência conjugal entre casais do mesmo sexo é a necessidade de encarar um reenquadramento, uma inversão, até certo ponto, do estatuto atribuído ao homem e à mulher, e própria representação dos seus papéis sociais de certo modo; por outro lado, vem redistribuir e

⁵ Os relatórios produzidos por entidades que desenvolvem programas de observação e prevenção da violência doméstica podem dar uma ideia mais precisa das estatísticas relativas aos países (e regiões) onde estão implantados (cf., por exemplo, os relatórios do National Resource Center on Domestic Violence e do National Coalition of Anti-Violence Programs).

baralhar a polarização quase inequívoca dos papéis de abusador (quase sempre o homem) e de vítima (quase sempre a mulher).⁶

Deste modo, é posto em causa o estereótipo da mulher passiva, pacífica, incapaz de comportamentos de grande violência e torna-se necessário recriar uma representação do homem enquanto vítima de abuso conjugal. Sintetizando as reflexões produzidas nos trabalhos que incidem sobre a violência entre parceiros do mesmo sexo, encarar a existência do fenómeno da violência no contexto LGBT implica questionar não apenas as tradicionais concepções e formas de violência entre parceiros íntimos, mas também assinalar a sua existência em relações tidas, à partida, como mais simétricas e igualitárias em termos de poder. Como afirma Knauer (1999), é especialmente difícil, em termos políticos, para a comunidade LGBT, em particular para as associações que defendem os seus direitos, enfrentar esta realidade, na medida em que pode fazer perigar o reclamar de direitos por medo de que a violência doméstica traga à superfície atitudes homofóbicas e destrua as utopias *queer* (Letellier, 1994, *cit. in* Knauer, 1999).

Estudar a violência conjugal entre pessoas do mesmo sexo tem como ponto de partida, ou de ancoragem, aquela que se verifica em casais heterossexuais, motivando sempre comparações (cf. Donovan, Hester, Holmes, & McCarry, 2006, Pattavina, Hirschel, Buzawa, Faggiani, & Bentley, 2007) e, facto não menos importante, a heteronormatividade das relações íntimas. O paradigma heteronormativo e heterossexista condiciona necessariamente, de forma mais ou menos perceptível, os conceitos, as inferências e as análises que se fazem acerca do fenómeno da violência conjugal nos casais homossexuais: a objectivação passará sempre por uma ancoragem no fenómeno mais conhecido da violência em casais heterossexuais. Daqui decorrem as estatísticas comparativas, sempre por referência à violência conjugal em casais heterossexuais, à existência (ou não) de estruturas de apoio a vítimas e de legislação específica.

Mais relevante neste contexto, é a necessidade, revelada por muita da bibliografia disponível, de contestar opiniões do senso comum, de desconstruir mitos acerca das razões, das causas possíveis e das consequências da violência entre parceiros íntimos do mesmo sexo, enfim, de ir construindo uma representação social mais específica do fenómeno. É neste âmbito que surgem modelos de abordagem,⁷ teorias explicativas⁸ e hipóteses de causalidade da violência, tais como a diferença de poder, já não ditada por diferenças de poder físico, mais patente nos casais heterossexuais, mas antes pelas

⁶ Segundo dados da APAV relativos aos crimes de violência doméstica em 2007, a grande maioria das vítimas são mulheres (89,5%); quanto aos autores do crime, são também, em larga maioria, homens (90%). (Dados recolhidos no site da APAV, em http://www.apav.pt/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=98).

⁷ A obra de Ristock (2002), por exemplo, expõe de forma sistemática quatro grandes modelos de abordagem da violência conjugal entre mulheres, nomeadamente os psicológicos, os sócio-psicológicos, as teorias feministas baseadas no género e as teorias especificamente lésbicas, sublinhando a consciência de que o investigador deve ter acerca da importância da moldura teórica adoptada na nomeação, análise e interpretação dos dados que trabalha.

⁸ Para uma síntese das principais abordagens teóricas que pretendem explicar e enquadrar o fenómeno da violência entre parceiros íntimos do mesmo sexo, cf. também McClennen (2005).

questões económicas, de estatuto social, factores emocionais, homofobia internalizada (tanto no agressor como na vítima).

O paradigma heterossexista, que introduz um viés no modo como é perspectivada a violência conjugal em casais do mesmo sexo, incluindo as próprias pessoas nela envolvidas, suscita a necessidade de desmistificar alguns aspectos decorrentes da assunção do modelo heteronormativo, tais como a assunção de que as agressões entre *gays* que vivem numa relação conjugal são lutas naturais entre homens e mútuas, a negação da existência de violência entre lésbicas (com a justificação de que as mulheres não são violentas), a projecção de papéis estereotipadamente “masculinos” e “femininos” (leia-se, dominantes e passivos) tanto nas relações entre *gays* como entre lésbicas, a crença na igualdade de poder das mulheres na relação, a assunção de que o(a) agressor(a) é o(a) parceiro(a) fisicamente maior ou mais forte (Niolon, 1991, Vickers, 1996, Kirkland, 2004, Chan, 2005).

Encarando estas concepções, crenças e assunções como formas de representação social de um fenómeno pouco conhecido, emergente quando muito, duplamente objecto de discriminação, silenciamento e invisibilidade, é possível enquadrá-las tendo em conta dois grandes grupos, e simultaneamente dois pontos de vista: o dos diversos grupos sociais, que olham “de fora” para o fenómeno da violência nos casais homossexuais, e o das pessoas que vivem uma relação íntima com pessoas do mesmo sexo. Evidentemente que, nestes dois grandes grupos, se observam-se muitas diferenças, não são grupos homogéneos nem estanques; no entanto, afigura-se pertinente esta contraposição, ainda que num âmbito restrito, como o deste estudo, pelo conhecimento que pode fazer emergir acerca dos posicionamentos diversos acerca da vivência desta realidade em quadrantes distintos.

Ainda que o enfoque do estudo de Moita (2001) não seja a violência conjugal entre parceiros íntimos do mesmo sexo, cabe aqui uma referência à centralidade que este trabalho confere a uma certa forma de representação social da homossexualidade. No caso vertente, o foco incide sobre o modo como clínicos, de um lado, e clientes, do outro, se pronunciam acerca da homossexualidade e, nos segundos, acerca de como são vistos e tratados pelos terapeutas. De forma mais ou menos explícita, ambos os grupos reflectem determinadas representações sociais, ou “configurações” (Moita, 2001, p.15), que criam em torno da homossexualidade, em particular no contexto terapêutico. Das principais conclusões da investigação, destacam-se o entendimento que alguns clínicos em Portugal ainda têm da homossexualidade como défice, o desconhecimento e incertezas acerca desta orientação sexual, por exemplo, da sua suposta “origem”, e a assunção de um discurso hegemónico que circula socialmente, e mesmo nos meios académicos, um discurso tão imbuído de perspectivas do senso comum como de concepções teóricas e ideológicas não isentas, amiúde, de um viés heterossexista, passando muitas vezes por “científicas” (*ibid.*, p.355). É sublinhada a relevância que o discurso dos clínicos, portanto uma certa forma de representar a homossexualidade, seja ela negativa ou afirmativa, tem no próprio discurso

dos clientes e, obviamente nos modo como se vêem a si próprios e passam a ler a sua orientação sexual. O estudo referido é aqui realçado por fornecer dados acerca de uma dada representação da homossexualidade por parte de psicoterapeutas em Portugal. Tratando-se de profissionais que supostamente detêm um mais saber acerca deste fenómeno e que trabalham com clientes que os procuram (também) para colocar questões acerca da sua orientação sexual, a leitura que fazem da homossexualidade ganha um peso determinante não apenas no trabalho terapêutico, como também no poder que os seus discursos acerca deste tema podem ter no plano social mais alargado, ao assumirem um estatuto de “especialistas”.

Na presente investigação, procura-se aceder às representações sociais do fenómeno da violência doméstica e conjugal entre pessoas do mesmo sexo, especificamente entre os profissionais que trabalham com vítimas, portanto um grupo de pessoas com esse mesmo estatuto de “especialistas”, e cuja formação académica e experiência que à partida deixa em aberto a expectativa de um saber mais aprofundado e alargado acerca de questões pertinentes sobre o tema em estudo. Perceber essas representações dos profissionais e, do outro lado, o modo como estas poderão ser, de algum modo, reflectidas pelas vítimas, nas suas vivências de abuso e violência, no enunciar de necessidades e na procura de apoio, são, pois, as componentes principais do fenómeno da violência doméstica em casais homossexuais que nos propomos explorar.

Segundo Irwin (2008), que procedeu à análise de entrevistas feitas a lésbicas vítimas de violência conjugal, os discursos que circulam acerca da violência doméstica em geral, e em torno das relações lésbicas em particular, condicionam o modo como estas mulheres reagem aos comportamentos abusivos, bem como o sentido que lhe atribuem. Parece haver, assim, uma circulação entre os discursos, um certo tipo de representação social dos “outros” nas representações reflectidas pelos(as) “próprios(as)”.

CAPÍTULO II. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM CASAIS HOMOSSEXUAIS DE PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM COM VÍTIMAS

1. Considerações prévias

Como já foi referido anteriormente, não foi possível levar a cabo o estudo comparativo das representações de três grupos profissionais, designadamente técnicos de apoio à vítima, magistrados e agentes policiais. A amostra cingiu-se, assim, a dois grupos: técnicos de apoio à vítima e magistrados, ainda que os participantes deste segundo grupo tenham sido em número significativamente inferior, como se dará conta em seguida. Assim, a análise dos resultados e, sobretudo, as conclusões a retirar da comparação entre grupos devem ser bastante cautelosas, ainda que sejam estatisticamente significativas.

2. Objecto, objectivos e questões orientadoras

O presente estudo divide-se em duas partes, uma de cariz quantitativo (Capítulo II), em que se pretende aceder às representações sociais da violência doméstica nos casais homossexuais, designadamente em profissionais de atendimento a vítimas e em magistrados, outra de carácter qualitativo (Capítulo III), onde se visa analisar as categorias emergentes das entrevistas a vítimas de violência conjugal.

Nesta primeira parte da investigação, pretende-se, mais especificamente, perceber se existem diferenças, e se sim, quais, nas representações da violência doméstica em casais homossexuais nos grupos de profissionais estudados, em função da formação académica e actividade exercida, do tempo de exercício e do contacto directo com vítimas de violência doméstica nas relações íntimas entre pessoas do mesmo sexo

3. Metodologia

A primeira parte do trabalho é essencialmente constituída por um estudo de carácter quantitativo que pretende aceder às representações que os grupos profissionais mencionados detêm acerca da violência doméstica em casais homossexuais, mediante a administração de um questionário construído especificamente para este estudo (cf. Anexo 3).

3.1. Instrumentos

Em termos metodológicos, a investigação das representações sociais assenta, num primeiro momento, na recolha de material verbal, o que procurámos fazer através de um estudo exploratório (cf. Anexo 1). Apesar das limitações e críticas que este tipo de método suscita (Echebarria Echabe & Castro, 1993), o recurso a este tipo de inquérito deveu-se à relativa rapidez com que podiam ser obtidos dados. A análise de conteúdo das respostas permitiu, seguindo alguns critérios de frequência, a construção do instrumento, no caso vertente, um questionário a ser administrado aos participantes da amostra principal. No

entanto, tendo em conta 1) que o inquérito do estudo exploratório foi passado a pessoas da população em geral, e 2) considerando que a representação social do fenómeno em estudo é ainda incipiente para uma grande parte da população, a construção do questionário baseou-se não apenas na análise do material verbal oriundo das respostas do estudo exploratório, mas também na investigação académica, nos documentos estatísticos de associações governamentais e noutra bibliografia (panfletos informativos de associações LGBT, por exemplo).

Antes de chegar à versão definitiva, foi sujeito a uma reflexão falada, de modo a assegurar, tanto quanto possível, a clareza e a objectividade das questões. O questionário principal é constituído por um conjunto de 31 perguntas e/ou asserções, algumas delas desdobradas em alíneas, resultando num total de 68 variáveis, com uma escala tipo Likert de 7 pontos (1="Discordo totalmente"; 7="Concordo totalmente"). Este questionário, que comporta perguntas e/ou afirmações acerca da violência doméstica/conjugal entre pessoas do mesmo sexo, foi construído a pensar especificamente na população-alvo a estudar, nomeadamente profissionais de atendimento a vítimas e não para a população em geral. Assim, comporta essencialmente cinco categorias 1) questões insitucionais e resposta dos serviços de apoio, 2) dinâmicas de violência, 3) direitos, deveres e discriminação, 4) mitos acerca da violência doméstica entre pessoas do mesmo sexo e 5) representações sociais.

3.2. Procedimento

Relativamente ao estudo exploratório de associação de palavras, foi distribuído pessoalmente o inquérito aos participantes, pedindo-se que respondessem ao mesmo por escrito.

No tocante ao questionário, foi pedido aos participantes, contactados quer pessoalmente quer através, do Gabinete de Estudos e Atendimento a Agressores e Vítimas (GEAV, FPCEUP), da Unidade de Consulta em Psicologia da Justiça (Universidade do Minho), da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), do Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica do Gabinete de Atendimento à Família (GAF, Viana do Castelo) e da União das Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), que preenchessem o mesmo manualmente ou através de versão electrónica.

3.3. Caracterização da amostra

No estudo exploratório, a amostra é composta por 32 sujeitos, escolhidos por contacto de rua e por contactos pessoais (método "bola-de-neve"). 50% dos inquiridos são do sexo masculino. As idades estão compreendidas entre os 21 e os 64 anos ($M=37.56$, $DP=12.1$). 77.4% frequentam ou concluíram o ensino superior.

A amostra do estudo principal é constituída por 126 participantes, 112 do sexo feminino (88.9%). Nos dois grupos estudados, 113 sujeitos são técnicos de apoio à vítima

(89.7%), e 13 magistrados do Ministério Público e juizes (10.3%). A média de idades dos respondentes é de cerca de 31 anos ($M=30.99$, $DP=8.03$). Em termos profissionais, os participantes distribuem-se pelas seguintes categorias: psicólogos (31%), juristas (25.4%), estudantes (23%), assistentes sociais (7.9%), sociólogos (4%), e outras (8,7%). Relativamente às habilitações académicas, 62.7% dos sujeitos possuem o grau de bacharel ou de licenciado, 31% são detentores de pós-graduações, mestrados e doutoramentos, e 6.3% frequentam ou frequentaram o ensino superior. No que diz respeito à área de formação académica, 41.3% são de Psicologia, 27.8% de Direito, 7.1% de Serviço Social, 6.3% de Sociologia e 15.9% de outras áreas. Quanto à instituição, os participantes distribuem-se do seguinte modo: 58.7% trabalha na APAV, 11.9% na CIG, 10.3% nos tribunais, enquanto 18.3% exerce a sua actividade noutros locais, designadamente em serviços de consulta de estabelecimentos de ensino superior, na UMAR e outros serviços que trabalham com vítimas de violência doméstica e conjugal. No tocante ao tempo de exercício da profissão, dividido em três intervalos, dos inquiridos que responderam a esta questão 17.5% exerce há 6 ou mais anos, 11.1% há menos de um ano e 10.3% tem entre 2 a 5 anos de experiência profissional. Finalmente, no capítulo do contacto directo com vítimas no exercício da profissão, 55.6% respondem “sim” e 6.3% “não”.

4. Resultados

4.1. Estudo exploratório

Foi obtido um total de 229 respostas no conjunto dos 32 inquéritos preenchidos, registando-se uma média de 7.2 respostas por inquérito (num máximo de 12 possíveis). 25% dos sujeitos deu 12 respostas.

O objectivo deste estudo foi, sobretudo, levar a cabo um levantamento das ideias associadas à violência doméstica entre casais do mesmo sexo, não havendo uma preocupação estrita de proceder a uma análise de frequência para a construção do questionário final. No entanto, é de registar a elevada frequência com que alguns tópicos surgiram, nomeadamente “desrespeito” (10 respostas), “igual à violência entre casais heterossexuais” (8 respostas) e “assunto pouco falado/desconhecido/tabu” (7 respostas – cf. Anexo 2 para um lista completa das respostas e respectivas frequências). Embora com frequência de resposta inferior, é ainda de salientar o modo como os participantes reflectem a invisibilidade, ou mesmo a ignorância acerca do fenómeno. Por outro lado, é possível observar alguns processos de ancoragem face à violência doméstica entre casais heterossexuais, como se pode verificar por uma das respostas acima citadas (especialmente a que pressupõe uma igualdade entre a violência conjugal entre pessoas do mesmo sexo e de sexo diferente), ou através de outras em que há uma assunção de características comuns à violência doméstica entre pessoas de sexo diferente (e.g., reprodução do modelo heterossexual, antecedentes familiares de violência). Por último,

destaque-se a referência a alguns mitos quer em relação à homossexualidade (e.g., os homossexuais não são violentos, os homossexuais são mais compreensivos/pacíficos/tolerantes/recalcados), quer à própria violência entre parceiros íntimos do mesmo sexo (e.g., é impossível haver violência entre duas mulheres, a violência é mais frequente nos casais masculinos).

4.2. Estudo principal

A análise estatística das respostas ao questionário foi levada a cabo através do programa SPSS[®], versão 15.

Antes de passar a uma apresentação dos resultados dos testes que evidenciam diferenças nas variáveis independentes, assinalem-se alguns dados descritivos que podem suscitar maior surpresa ou ser alvo de reflexão mais aprofundada, sobretudo em termos de médias de respostas aos itens do questionário e da concentração vs. distribuição relativa pelos diferentes valores da escala. Para tal, e por uma questão metodológica, optamos por agrupar as variáveis dependentes por cinco grandes dimensões, de modo a facilitar a leitura dos resultados: 1) Questões institucionais e resposta das autoridades, 2) Dinâmicas de violência, 3) Direitos, deveres, discriminação, 4) Mitos em relação à homossexualidade e à violência doméstica entre pessoas do mesmo sexo e 5) Dimensões das representações sociais acerca da violência doméstica em casais homossexuais.

No que diz respeito às **questões institucionais e à resposta das autoridades** e serviços de atendimento a vítimas de violência conjugal entre pessoas do mesmo sexo, surgem resultados discrepantes: se, por um lado, os participantes revelam uma elevada confiança na capacidade de lidar, no contexto da instituição em que trabalham, com situações de violência doméstica em casais homossexuais ($M=6.11$, $DP=1.05$), por outro, manifestam tendencialmente discordância quando questionados acerca da preparação das autoridades para acolher e encaminhar este tipo de situações ($M=2.51$, $DP=1.60$), especificamente em Portugal ($M=3.06$, $DP=1.54$). Curiosamente, a questão que diz respeito à importância de obter formação específica para lidar com vítimas de violência doméstica no contexto de relações homossexuais, motiva, no geral, concordância ($M=5.51$, $DP=1.66$).

Concordando embora com a afirmação de a vítima num contexto de relação homossexual é mais frágil ($M=5.66$, $DP=1.24$) e, ainda que em menor grau, com a asserção de que a violência institucional é maior para casais homossexuais ($M=4.81$, $DP=1.62$), a tendência de resposta é de sinal oposto quando se pergunta se as vítimas oriundas de relações homossexuais deveriam ter acesso a serviços específicos ($M=3.43$, $DP=2.13$). A resposta à questão acerca da igual acessibilidade dos serviços de apoio a heterossexuais e a homossexuais apresenta um valor praticamente neutro ($M=4.21$, $DP=1.88$). Relativamente à resposta dos serviços de apoio, especificamente à população homossexual, apenas os serviços policiais ($M=3.37$, $DP=1.82$) e os abrigos ($M=3.25$, $DP=1.79$) ficam abaixo do ponto

de neutralidade; quanto aos restantes, ficam acima, isto é, tendencialmente os participantes concordam com a existência/eficiência destes serviços, em particular o *acompanhamento psicológico* ($M=5.04$, $DP=1.69$), as *linhas telefónicas* ($M=4.60$, $DP=1.76$) e os *serviços jurídicos* ($M=4.42$, $DP=1.87$), embora os dois últimos estejam muito próximos do valor neutro, o que coloca em evidência particularmente o acompanhamento psicológico. A composição da amostra, em termos profissionais, pode ser um factor de peso na explicação destes dados.

Quanto às **dinâmicas de violência**, destacam-se dois aspectos que podem ser relevantes numa leitura interpretativa das representações sociais do fenómeno em estudo e do seu enquadramento institucional: em primeiro lugar, sublinhem-se duas das alíneas da questão acerca das razões pelas quais a vítima não abandona a relação: a sensação de desprotecção face ao agressor ($M=5.63$, $DP=1.25$) e a ausência de apoio institucional ($M=5.71$, $DP=1.20$). Ambas as médias apontam para valores de nítida concordância, só ultrapassada pela alínea respeitante à dependência emocional ($M=5.94$, $DP=.94$).

Por outro lado, no capítulo das causas da violência nos casais homossexuais, os aspectos que maior grau de concordância motivam são o controlo ($M=6.14$, $DP=.94$) e o poder ($M=6.08$, $DP=.99$).

No que diz respeito aos **direitos, deveres e discriminação**, as respostas evidenciam um elevado grau de concordância com a igualdade de direitos e deveres nos casais heterossexuais e homossexuais ($M=6.52$, $DP=.96$), bem como com a igual credibilidade da vítima, seja ela proveniente de uma relação com pessoa do mesmo sexo ou de sexo diferente ($M=6.88$, $DP=.33$). A consciência da maior discriminação e preconceito que recai sobre as vítimas em casais homossexuais, caso apresentem queixa, também parece bem presente ($M=5.85$, $DP=1.07$).

Quanto aos **mitos em relação à homossexualidade e à violência doméstica entre pessoas do mesmo sexo**, as médias de resposta aproximam-se do valor neutro, mas ficam um pouco abaixo, tendendo para a discordância, nomeadamente quanto às afirmações segundo as quais a violência entre pessoas do mesmo sexo é mais física ($M=3.51$, $DP=1.28$), ou mais de natureza psicológica ($M=3.21$, $DP=1.30$), e quanto à asserção de que a percentagem de violência nos casais homossexuais é menor do que nos heterossexuais ($M=3.85$, $DP=1.43$).

Finalmente, no capítulo das **representações sociais acerca da violência doméstica em casais homossexuais**, pergunta-se em que medida os participantes consideram que determinadas dimensões estão presentes no modo como as pessoas olham para a violência doméstica entre parceiros do mesmo sexo. Aquela que surge em primeiro lugar, com maior índice de concordância, são os valores conservadores ($M=6.06$, $DP=1.07$), seguindo-se a religião ($M=6.01$, $DP=1.18$), a homofobia ($M=5.88$, $DP=1.24$), o heterossexismo ($M=5.43$, $DP=1.33$) e, por último, as opiniões políticas ($M=4.93$, $DP=1.47$).

Estes resultados serão analisados e interpretados, no ponto seguinte, em conjunto com os dados obtidos nos testes *t* e na análise de variância.

No plano da estatística inferencial, foi realizado um *teste-t para amostras independentes* e uma análise de variância, o primeiro tendo em vista averiguar a existência de diferenças nas variáveis dicotômicas, a saber: 1) grupo dos técnicos de apoio à vítima vs. grupo dos magistrados do Ministério Público e juízes, 2) sexo, e, 3) contacto directo (ou não) com vítimas no exercício da profissão; a análise de variância foi efectuada para as variáveis com três ou mais categorias, (*One-way ANOVA*) e o teste *post-hoc* de Bonferroni.

Impõe-se uma nota prévia à apresentação dos resultados, por três razões: 1) As comparações efectuadas, designadamente, nas variáveis dicotômicas, devem ser lidas com especial cautela, dados os desequilíbrios quantitativos na distribuição dos sujeitos por categoria, como se pode depreender pela caracterização da amostra. 2) Nas variáveis que dizem respeito ao tempo de exercício da profissão e ao contacto com vítimas, há numerosos casos de não resposta (*missing values*),⁹ respectivamente 61.1% e 38.1%, o que obriga a um cuidado acrescido na interpretação de eventuais diferenças. 3) Apesar da discrepância numérica ser considerável entre técnicos de apoio à vítima e magistrados do Ministério Público, recorde-se que dentro do primeiro grupo se encontram profissionais da área jurídica; assim, a percentagem de participantes com esta formação académica permite uma maior aproximação, em percentagem, face a outros grupos profissionais, nomeadamente o mais representado, os psicólogos.

Para a apresentação dos resultados, considerando o elevado número de variáveis constantes no questionário, apenas referimos explicitamente os valores referentes às diferenças com um grau de significância $p \leq .01$, embora possam ser igualmente mencionadas algumas diferenças com um grau de significância $p < .05$. Os resultados completos podem ser consultados nos quadros comparativos (cf. Anexos 4 e 5).

Os resultados referentes aos testes *t*, e tendo em conta as três variáveis dicotômicas analisadas: a) o grupo profissional (técnicos de apoio à vítima vs magistrados), b) sexo, e, c) contacto directo (ou não) com vítimas, revelam diferenças nas seguintes variáveis, distribuídas pelas cinco categorias acima discriminadas.

Relativamente às **questões institucionais e resposta das autoridades**, os homens crêem mais do que as mulheres que a queixa da vítima diminui o risco de agressão, tanto em termos gerais ($t(124)=2.55$, $p=.01$, $Mh=4.36$. $DP=1.95$, $Mm=3.10$, $DP=1.72$) como nas relações homossexuais. No tocante à questão se devem ou não as vítimas de violência em relações homossexuais ter acesso a serviços especiais, os profissionais que não têm contacto directo com as vítimas tendem a manifestar uma menor discordância. Quanto à

⁹ Uma parte dos *missing values*, sobretudo nas variáveis tempo de exercício da profissão e contacto directo com vítimas, deveu-se a uma falha na folha de rosto reproduzida em alguns dos questionários.

igual preparação das autoridades para lidar com vítimas de violência em relações heterossexuais e homossexuais, os magistrados tendem a responder de forma menos discordante. No que diz respeito à afirmação de que a violência institucional é maior para as vítimas dos casais homossexuais, os profissionais que não trabalham em contacto directo com vítimas tendem a concordar mais ($t(13.88)=2.83$, $p=.01$, $Ms=4.69$, $DP=1.68$, $Mn=5.75$, $DP=.89$). A questão da maior fragilidade das vítimas de violência doméstica em relações homossexuais suscita divergência entre técnicos e magistrados, tendendo os primeiros a uma maior concordância com a afirmação.

Ainda dentro desta categoria, focando mais particularmente a igual acessibilidade dos serviços de apoio à vítima a heterossexuais e a homossexuais, tanto técnicos e magistrados, por um lado, como os profissionais que têm contacto com vítimas e os que não têm, por outro, divergem entre si; quanto aos primeiros, os magistrados tendem a concordar mais do que os técnicos de apoio à vítima; quanto aos segundos, a diferença é especialmente significativa, salientando-se a tendência clara para discordar por parte dos profissionais que não trabalham em contacto com vítimas ($t(9.29)=3.11$, $p=.01$, $Ms=4.12$, $DP=1.82$, $Mn=2.25$, $DP=1.56$). Mais especificamente, no capítulo da existência de serviços capazes de responder a queixas de vítimas de violência no contexto de uma relação homossexual, técnicos e magistrados diferem quanto à existência quer de *serviços policiais* quer *jurídicos*, competentes e destinados a esta população, verificando-se a tendência dos técnicos para discordar mais no que diz respeito aos serviços policiais. No mesmo sentido, em relação aos *serviços jurídicos*, os magistrados tendem a concordar mais. No tocante à existência de *abrigos* e de *serviços de aconselhamento e acompanhamento psicológico*, os profissionais que não trabalham em contacto com vítimas tendem a discordar mais, verificando-se uma diferença especialmente notória em matéria de *abrigos* ($t(12.07)=3.37$, $p=.01$, $Ms=3.41$, $DP=1.88$, $Mn=1.88$, $DP=1.14$).

Outro aspecto que merece atenção dentro desta categoria tem a ver com a preparação e a formação das autoridades e dos técnicos que trabalham com vítimas para lidar com a violência doméstica em casais do mesmo sexo. Tanto nas variáveis grupo profissional (técnicos vs. magistrados) como sexo existem diferenças no modo como esta questão é perspectivada, tendendo os técnicos, por um lado, e as mulheres, a responder de forma mais discordante. Este resultado é corroborado pela resposta a uma questão de teor semelhante, que foca particularmente a preparação das autoridades, em Portugal, para lidar com queixas vindas de vítimas de violência em relações homossexuais. Na variável sexo, os valores são muito semelhantes, e na variável grupo profissional, as diferenças acentuam-se ($t(122)=-3.12$, $p=.002$, $Mt=2.92$, $DP=1.47$, $Mm=4.33$, $DP=1.72$). Questionados acerca da importância da formação específica para lidar com vítimas de violência em casais do mesmo sexo, técnicos e magistrados divergem uma vez mais, tendendo os primeiros a concordar mais do que os segundos ($t(123)=3.44$, $p=.001$. $Mt=5.69$, $DP=1.54$, $Mm=4.08$, $DP=2.02$).

O capítulo das **dinâmicas de violência** comporta diversos aspectos, entre os quais o ciclo da violência, as razões pelas quais as vítimas não abandonam a relação, bem como possíveis causas e consequências da violência entre parceiros íntimos do mesmo sexo. Relativamente ao ciclo da violência, técnicos e magistrados diferem na percepção da tendência para a escalada após um primeiro episódio de violência, sendo que os primeiros tendem a concordar mais com esta afirmação.

No que diz respeito aos aspectos relacionados com as possíveis razões que levam a vítima a não abandonar uma relação violenta, as diferenças verificam-se todas elas entre técnicos de apoio à vítima e magistrados, algumas delas com elevada significância, observando-se sempre uma maior concordância por parte dos técnicos. As razões discriminadas são o *medo de ver revelada a orientação sexual*, o *medo de represálias* ($t(124)=2.35$, $p=.000$, $Mt=5.68$, $DP=1.14$, $Mm=4.42$, $DP=1.31$), o *medo de perseguição* ($t(122)=2.62$, $p=.01$, $Mt=5.72$, $DP=1.00$, $Mm=4.92$, $DP=1.17$), a *percepção de falta de protecção face ao(à) agressor(a)* ($t(123)=3.43$, $p=.001$, $Mt=5.75$, $DP=1.18$, $Mm=4.50$, $DP=1.45$), a *ausência de apoio institucional* ($t(123)=3.29$, $p=.001$, $Mt=5.82$, $DP=1.13$, $Mm=4.67$, $DP=1.37$) e o *medo de perder relações familiares e sociais* ($t(123)=2.59$, $p=.01$, $Mt=5.55$, $DP=1.09$, $Mm=4.67$, $DP=1.44$).

Quanto às consequências da violência em casais homossexuais, as diferenças verificam-se de novo, e no mesmo sentido, entre técnicos e magistrados, nomeadamente quanto ao *medo*, ao *sentimento de culpa* ($t(12.11)=3.07$, $p=.01$, $Mt=5.84$, $DP=1.06$, $Mm=4.25$, $DP=1.56$), à *perda de direitos (laborais, custódia de filhos, etc.)* ($t(122)=2.49$, $p=.01$, $Mt=5.37$, $DP=1.45$, $Mm=4.25$, $DP=1.77$) e à *perda de amigos e familiares* ($t(122)=3.21$, $p=.002$, $Mt=5.52$, $DP=1.27$, $Mm=4.25$, $DP=1.60$).

No tocante às causas da violência em casais homossexuais, as diferenças situam-se, uma vez mais, na variável grupo profissional, tendendo os técnicos a concordar mais do que os magistrados em relação ao *controlo* ($t(122)=2.52$, $p=.01$, $Mt=6.21$, $DP=.89$, $Mm=5.50$, $DP=1.17$); no que diz respeito à *percepção ou consciência dos parceiros da condenação social da homossexualidade*, os magistrados tendem a discordar mais do que os técnicos que esta possa ser uma causa da violência ($t(122)=3.12$, $p=.01$, $Mt=4.90$, $DP=1.51$, $Mm=3.67$, $DP=1.30$).

As questões em torno dos **direitos, deveres e discriminação**, embora estejam presentes em diversas perguntas e/ou afirmações constantes no questionário, são particularmente salientes nos pontos que se seguem. Uma das questões era de carácter mais abrangente, formulada de modo a não haver uma associação directa à violência doméstica entre parceiros do mesmo sexo. Perguntava-se se um casal homossexual deveria ter os mesmos direitos e deveres que um casal heterossexual. Apesar de ser uma questão que suscitou um elevado nível de concordância, como acima se referiu ($M=6.52$, $DP=.96$), verificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre técnicos e

magistrados, com uma tendência para os primeiros concordarem mais. Em relação ao estatuto da vítima, embora uma vez mais os participantes tendam a concordar maioritariamente com o facto de a vítima ter o mesmo estatuto, integrando ela uma relação homossexual ou heterossexual ($M=6.56$, $DP=1.01$), técnicos e magistrados apresentam uma diferença significativa nas suas respostas, sendo que os primeiros tendem a manifestar maior concordância que os últimos.

Um aspecto particularmente interessante quando se estudam as representações sociais da violência doméstica entre pessoas do mesmo sexo são os **mitos em relação à homossexualidade e à violência doméstica neste contexto**. Algumas perguntas do questionário procuravam perceber de que modo estes aspectos eram reflectidos pelos participantes. Duas dessas questões revelaram diferenças mais significativas, nomeadamente quanto à afirmação de que a percentagem de violência doméstica nos casais homossexuais é menor do que em casais heterossexuais. Na análise dos resultados, salta à vista, em primeiro lugar, um elevado índice de respostas neutras (perto de 50%), o que pode revelar um desconhecimento acerca dos números em questão ou simplesmente uma discordância face à inferioridade numérica, ou mesmo de uma diferença, implicada na questão. Por outro lado, verifica-se uma diferença entre os profissionais que trabalham directamente com vítimas, tendendo estes a discordar em relação a uma menor percentagem de violência doméstica nos casais homossexuais, face aos que não têm contacto com vítimas. Numa outra questão, afirmava-se que, nos casais constituídos por pessoas do mesmo sexo, a vítima tinha tanta culpa como o(a) agressor(a). Apesar de esta questão revelar, em geral, um elevado nível de discordância entre os respondentes ($M=1,72$, $DP=1.07$), é de salientar uma diferença nas respostas de técnicos e magistrados, sendo que os primeiros manifestam uma maior discordância do que os segundos.

As questões que pretendiam averiguar mais directamente as **dimensões das representações sociais acerca da violência doméstica em casais homossexuais** revestem-se de particular relevância para este trabalho, permitindo avaliar até que ponto os sujeitos concordam com (ou têm consciência de) algumas das dimensões que podem estar na base da construção de uma dada visão acerca a violência doméstica entre pessoas do mesmo sexo. Por outro lado, as diferenças emergentes sugerem uma diversidade de posicionamentos em matéria de representação do fenómeno em estudo.

Dos cinco aspectos em causa, a *homofobia*, o *heterossexismo*, os *valores conservadores*, a *religião* e as *opiniões políticas* como possíveis dimensões que poderiam estar na base da visão que as pessoas detêm acerca da violência doméstica em casais do mesmo sexo, apenas o *heterossexismo* não suscita diferenças de opinião significativas em função das variáveis estudadas neste ponto (grupo profissional, sexo, contacto com vítimas). Quanto às restantes, todas elas revelam divergências entre técnicos e magistrados, sendo que, no capítulo das *opiniões políticas* existem também diferenças em

função do sexo (com uma ligeira tendência de concordância por parte das mulheres, enquanto os homens se remetem a uma posição mais neutra). Técnicos de apoio à vítima e magistrados diferem de forma particularmente significativa quanto à *homofobia* ($t(123)=2.64$, $p=.01$, $Mt=5.97$, $DP=1.21$, $Mm=5.00$, $DP=1.28$), aos *valores conservadores* ($t(123)=2.81$, $p=.01$, $Mt=6.14$, $DP=1.02$, $Mm=5.25$, $DP=1.29$) e às *opiniões políticas* ($t(123)=2.78$, $p=.01$, $Mt=5.04$, $DP=1.39$, $Mm=3.83$, $DP=1.85$), mas também em matéria de *religião*, verificando-se uma tendência dos técnicos, à semelhança das dimensões anteriores, para concordarem mais do que os magistrados que este possa ser um factor presente nas concepções que a generalidade das pessoas têm acerca do fenómeno. Numa última variável, que diz respeito à invisibilidade da violência doméstica em casais homossexuais em Portugal, os profissionais que não trabalham em contacto directo com vítimas tendem a concordar mais com esta invisibilidade face àqueles que contactam directamente com vítimas no exercício da profissão ($t(12.83)=-2.95$, $p=.01$, $Ms=4.87$, $DP=1.65$, $Mn=6.00$, $DP=.83$). De salientar que as respostas a esta questão evidenciam uma maior distribuição, apesar de cerca de metade dos sujeitos mostrarem concordância; no entanto, perto de 16% discorda, e, no total, cerca de 35% dos respondentes discorda ou mantém uma posição neutra. A média geral de respostas a esta questão ($M=4.85$, $DP=1.78$) mostra apenas uma ligeira tendência geral para a concordância.

Relativamente aos dados resultantes da **análise de variância** (*one-way ANOVA*, *post-hoc* Bonferroni, $\alpha=.05$), procederemos do mesmo modo, focando as cinco grandes categorias acima discriminadas para os testes *t*, e tendo agora em conta as variáveis 1) profissão, 2) habilitações académicas, 3) área de formação académica, 4) instituição e 5) tempo de exercício.¹⁰ Tal como para a apresentação dos resultados dos testes *t*, e por uma questão de espaço, apenas referimos explicitamente os valores referentes a diferenças com um grau de significância $p\leq.01$, embora possam ser igualmente mencionadas diferenças com um grau de significância $p<.05$. Por outro lado, cingir-nos-emos àquelas variáveis dependentes que mais diferenças apresentam por variável independente (profissão, etc.). Os resultados completos podem ser consultados no quadro comparativo (cf. Anexo 5).

No tocante às **questões institucionais e resposta das autoridades**, salienta-se a maior fragilidade da vítima num contexto de relação homossexual devido à pressão social que recai sobre a sua orientação sexual, verificando-se divergências em função das habilitações académicas ($F(2,122)=4.86$, $p=.01$). Os resultados mostram que as diferenças existem entre os que frequentam o ensino superior ($M=4.38$, $DP=2.13$) e os que possuem licenciatura ou bacharelato ($M=5.74$, $DP=1.22$, $p=.01$), e entre os primeiros e os detentores de uma pós-graduação, mestrado ou doutoramento ($M=5.74$, $DP=.88$, $p=.01$). Relativamente à igual credibilidade do relato da vítima, independentemente de ser oriunda de um

¹⁰ Na caracterização da amostra estão discriminados os níveis de cada uma destas variáveis.

relacionamento homossexual ou heterossexual, é no âmbito das instituições que se revelam diferenças mais notórias ($F(3,120)=3.43, p=.02$), nomeadamente entre tribunais ($M=6.62, DP=.51$) e a APAV ($M=6.92, DP=.28, p=.01$). Em menor grau, verifica-se também uma diferença no mesmo sentido entre os tribunais e as restantes instituições.

Relativamente à resposta dos serviços de apoio a vítimas de violência, destacam-se as diferenças face a uma variável que já tinha suscitado diferenças entre técnicos e magistrados, a igual acessibilidade dos serviços a heterossexuais e a homossexuais. Nesta análise, as diferenças verificam-se no plano institucional ($F(3,119)=6.27, p=.001$), nomeadamente entre APAV e CIG, entre APAV e outras, entre tribunais e CIG, e entre tribunais e outras, sendo que os tribunais tendem a concordar mais, seguidos da APAV, das outras instituições e da CIG. Quanto ao apoio de serviços específicos, a resposta dos serviços policiais suscita diferenças tanto por profissão (psicólogos vs. juristas) como por área de formação (psicologia vs. direito), com valores muito semelhantes, citando-se aqui apenas a que diz respeito à área de formação ($F(3,100)=9.31, p=.001$). Os resultados mostram que existe diferença entre psicologia ($M=2.85, DP=1.65$) e direito ($M=4.20, DP=1.97, p=.004$). Do mesmo modo, no respeitante à resposta dos serviços jurídicos, em que as diferenças surgem em todas as variáveis independentes, excepto no tempo de exercício. De sublinhar, uma vez mais, diferenças mais acentuadas entre psicólogos e juristas, e, paralelamente, entre a área da psicologia e a do direito. Os resultados por área são $F(3,100)=3.31, p=.001$, revelando uma diferença entre profissionais da área da psicologia ($M=3.87, DP=1.63$) e do direito ($M=5.49, DP=1.36, p=.000$). Verificam-se ainda diferenças entre a área do direito e da sociologia. Destaca-se ainda uma diferença em função das habilitações ($F(2,122)=6.65, p=.002$), especificamente entre licenciados ou bacharéis ($M=4.75, DP=1.39$) e pós-graduados ($M=3.64, DP=1.72, p=.001$). No plano das instituições, existem diferenças entre tribunais e CIG, entre os primeiros e outras instituições, manifestando os tribunais uma ligeira tendência para concordar e os restantes grupos uma tendência para discordar.

Quanto à preparação e a formação das autoridades e dos técnicos que trabalham com vítimas para lidar com a violência doméstica em casais do mesmo sexo, as diferenças mais acentuadas ($F(3,98)=9.31, p=.000$) situam-se entre profissionais da psicologia ($M=2.48, DP=1.23$) e do direito ($M=4.00, DP=1.65, p=.000$), entre profissionais do direito e do serviço social ($M=2.33, DP=1.00, p=.01$). De sublinhar ainda a diferença entre instituições ($F(3,119)=4.30, p=.01$), nomeadamente entre os tribunais ($M=4.33, DP=1.72$) e outras instituições ($M=2.43, DP=1.27, p=.003$), entre os primeiros e a APAV. No que diz respeito à importância da formação específica para lidar com vítimas de violência em casais do mesmo sexo, surgem diferenças entre instituições ($F(3,120)=5.01, p=.003$), sendo que os tribunais diferem significativamente das restantes. Destacam-se as diferenças entre os tribunais

($M=4.08$, $DP=2.02$) e a CIG ($M=6.00$, $DP=1.31$, $p=.01$), e entre os primeiros e as outras instituições ($M=6.09$, $DP=1.08$, $p=.002$).

No capítulo das **dinâmicas de violência**, começando pelas razões que levam a vítima a não abandonar uma relação violenta, algumas merecem especial atenção: 1) O *medo de represálias*, em que as diferenças mais salientes se situam entre instituições ($F(3,120)=5.08$, $p=.002$), sendo que os tribunais ($M=4.42$, $DP=1.31$) evidenciam valores significativamente diferentes de todas as outras instituições, particularmente face à APAV ($M=5.57$, $DP=1.28$, $p=.01$) e face às outras ($M=6.00$, $DP=.80$, $p=.001$). Entre os profissionais com diferentes tempos de exercício, os valores da variância são $F(2,45)=4.76$, $p=.01$), existindo diferenças entre os que exercem há menos de um ano ($M=6.14$, $DP=.54$) e os que exercem há mais de 6 ($M=5.10$, $DP=1.26$, $p=.001$). Embora menos acentuadas, verificam-se ainda diferenças entre profissionais da área da psicologia e do direito, tendendo os primeiros a concordar mais. 2) A *percepção de falta de protecção face ao(à) agressor(a)* suscita também divergências em diversos grupos, nomeadamente profissão (psicólogos vs. juristas, juristas vs. estudantes), área académica (psicologia vs. direito), e por tempo de exercício (os que exercem de entre 2 a 5 anos vs. os que exercem há 6 ou mais anos); no entanto, as diferenças mais significativas encontram-se entre instituições ($F(3,120)=4.74$, $p=.004$), observando-se uma vez mais que os tribunais ($M=4.50$, $DP=1.45$) divergem sobretudo da CIG ($M=6.07$, $DP=.70$, $p=.01$) e das outras entidades ($M=5.98$, $DP=1.28$, $p=.01$), mas também, em menor grau, da APAV. 3) A *ausência de apoio institucional* revela diferenças também nestes três grupos, salientando-se a profissão ($F(5,119)=3.41$, $p=.01$) e a área académica ($F(3,99)=4.52$, $p=.01$), em que, uma vez mais, há uma diferença paralela entre psicólogos ($M=6.00$, $DP=1.05$) e juristas ($M=5.00$, $DP=1.46$, $p=.01$), por um lado, entre psicologia ($M=5.98$, $DP=.94$) e direito ($M=5.15$, $DP=1.48$, $p=.01$), por outro, com valores muito semelhantes. Nas instituições ($F(3,120)=4.15$, $p=.01$), os tribunais ($M=4.67$, $DP=1.37$) diferem das restantes, nomeadamente das outras ($M=6.04$, $DP=.77$, $p=.01$), mas igualmente da APAV e da CIG.

No que concerne às consequências da violência em casais homossexuais, salientam-se divergências mais significativas nas subcategorias *medo*, *vergonha*, *isolamento*, *sentimento de culpa* e *perda de amigos e familiares*. 1) Quanto ao *medo*, verificam-se diferenças quer na profissão ($F(5,119)=4.93$, $p=.000$), quer na área académica ($F(3,98)=5.22$, $p=.002$), observando-se uma diferença praticamente idêntica entre psicólogos ($M=6.49$, $DP=.64$) e juristas ($M=5.77$, $DP=.94$, $p=.003$), por um lado, entre psicologia e direito, por outro. Existe ainda uma diferença entre psicólogos e outras profissões ($M=5.55$, $DP=1.12$, $p=.01$). 2) Verifica-se uma situação muito semelhante no que diz respeito às subcategorias *vergonha* e *isolamento*, tanto nos grupos em que as diferenças existem, como nos valores obtidos, pelo que omitimos a sua apresentação, remetendo para o quadro comparativo (cf. Anexo 5). 3) Quanto ao *sentimento de culpa*, as diferenças surgem por

profissão ($F(5,117)=4.79$, $p=.001$), área acadêmica ($F(3,97)=8.88$, $p=.000$) e instituição ($F(3,118)=5.79$, $p=.001$). Em qualquer destes grupos, observa-se uma situação paralela, em que os participantes da área jurídica ($M=4.97$, $DP=1.35$) evidenciam diferenças significativas face a psicólogos ($M=6.05$, $DP=.99$, $p=.002$), a assistentes sociais e a sociólogos, embora em menor grau; paralelamente, nas áreas acadêmicas, o direito difere em relação à psicologia, ao serviço social e à sociologia, com valores quase idênticos e, nas instituições, os tribunais ($M=4.42$, $DP=1.56$) divergem da APAV ($M=5.79$, $DP=1.03$, $p=.001$), da CIG ($M=5.93$, $DP=.88$, $p=.004$) e das outras entidades ($M=5.87$, $DP=1.25$, $p=.002$). 4) Finalmente, em relação à *perda de amigos e familiares*, constatam-se diferenças por profissão, área acadêmica, instituição e tempo de exercício, situando-se as divergências mais significativas entre instituições ($F(3,119)=4.92$, $p=.003$), onde uma vez mais os tribunais revelam diferenças ($M=4.25$, $DP=1.60$) em relação quer à CIG ($M=5.80$, $DP=.94$, $p=.01$), quer às outras instituições ($M=5.91$, $DP=.95$, $p=.003$), quer à APAV, ainda que em menor grau. De salientar ainda, novamente, uma diferença entre psicólogos e juristas, por um lado, psicologia e direito, por outro, com valores muito próximos, em que os profissionais da psicologia tendem a apresentar maior concordância.

Relativamente às causas da violência em casais homossexuais, destacam-se três subcategorias, o *desrespeito pelo parceiro*, a *situação de poder desigual entre parceiros* e o *controlo*. No entanto, embora as diferenças sejam menos significativas, elas também surgem nas subcategorias *vergonha em relação à orientação sexual* (em que os que trabalham há menos de um ano concordam mais do que os que exercem há mais de 6) e *consciência da condenação social da homossexualidade* (em que a CIG tende a concordar e os tribunais a discordar). 1) Quanto à subcategoria *desrespeito pelo parceiro*, é no plano das instituições que emergem as diferenças significativas ($F(3,119)=4.02$, $p=.01$), nomeadamente entre tribunais ($M=5.25$, $DP=1.60$) e outras entidades ($M=6.35$, $DP=.71$, $p=.01$), apesar de os primeiros divergirem também da CIG. 2) No tocante à *situação de poder desigual entre parceiros*, as diferenças mais significativas existem na profissão ($F(3,118)=3.11$, $p=.01$), área acadêmica ($F(3,98)=6.28$, $p=.001$) e instituição ($F(3,119)=5.44$, $p=.002$). Nas duas primeiras, a divergência observada é de novo entre psicólogos ($M=6.44$, $DP=.68$) e juristas ($M=5.60$, $DP=1.25$, $p=.01$), e, como esperado, entre psicologia e direito, com valores muito semelhantes. Nas instituições, os tribunais ($M=5.17$, $DP=1.59$) divergem da CIG ($M=6.60$, $DP=.51$, $p=.01$) e das outras entidades ($M=6.22$, $DP=1.13$, $p=.01$), e, em menor grau, da APAV. 3) Em relação ao *controlo*, verificam-se diferenças significativas sobretudo na área acadêmica ($F(3,98)=6.14$, $p=.001$), nomeadamente entre psicologia ($M=6.48$, $DP=.64$) e direito ($M=5.68$, $DP=1.22$, $p=.000$), paralela à diferença na profissão, com valores muito semelhantes.

Em matéria de **direitos, deveres e discriminação**, a variável que mais diferenças significativas evidencia diz respeito à igualdade de direitos e deveres em casais

homossexuais como heterossexuais, situando-se quer a nível da profissão, da área académica, quer das instituições. Quanto à profissão ($F(5,119)=4.41$, $p=.001$), observa-se uma diferença entre estudantes ($M=6.69$, $DP=.54$) e juristas ($M=5.87$, $DP=1.52$, $p=.000$). Na área académica ($F(3,99)=4.98$, $p=.003$), observa-se uma diferença entre psicologia ($M=6.77$, $DP=.58$) e direito ($M=5.97$, $DP=1.49$, $p=.000$). A nível das instituições ($F(3,120)=3.88$, $p=.01$), os tribunais ($M=5.67$, $DP=1.44$) divergem face à CIG e às outras entidades, e, de modo mais significativo, face à APAV ($M=6.57$, $DP=.83$, $p=.01$). Muito embora as diferenças não sejam tão significativas, elas existem ainda em duas variáveis enquadráveis sob esta categoria: a afirmação de que as vítimas em casais homossexuais não apresentam queixa às autoridades (ou serviços de atendimento) por terem consciência do preconceito que a sua orientação sexual suscita, e o risco de revitimação, pela exposição da homossexualidade, quando estas vítimas apresentam queixa. Tanto num como noutro caso, as diferenças situam-se ao nível das instituições, sendo que os tribunais tendem a manifestar menor concordância do que as outras entidades, para a primeira variável, e, para a segunda, os tribunais revelam uma tendência ligeira para discordar, enquanto a CIG mostra tendência para concordar.

No plano dos **mitos em relação à homossexualidade e à violência doméstica entre pessoas do mesmo sexo**, nas três variáveis onde existem diferenças significativas, elas situam-se quase sempre em função das habilitações académicas, à excepção da afirmação de que os casais heterossexuais são mais violentos do que os homossexuais, que suscita também diferenças por tempo de exercício, ainda que menos significativas. De forma mais acentuada, observa-se uma divergência a nível das habilitações académicas ($F(2,122)=4.22$, $p=.02$), em que licenciados e bacharéis ($M=2.81$, $DP=1.53$) diferem de pós-graduados ($M=2.00$, $DP=1.15$, $p=.01$). Quanto à percentagem de violência doméstica ser menor em casais homossexuais do que heterossexuais, as divergências situam-se, uma vez mais, entre estes dois subgrupos, também com uma tendência para os pós-graduados discordarem mais, ainda que com diferenças menos significativas. Verifica-se ainda, na área académica, uma diferença entre psicologia e serviço social, sendo que os profissionais da psicologia tendem a discordar mais desta afirmação do que os de serviço social. Por último, as respostas à afirmação de que a vítima tem tanta culpa nas situações de violência doméstica como o(a) agressor(a), suscita diferenças bastante significativas em função das habilitações académicas ($F(2,122)=9.60$, $p=.000$), sendo que os que frequentam o ensino superior ($M=3.25$, $DP=1.58$) divergem tanto dos licenciados ou bacharéis ($M=1.55$, $DP=.96$, $p=.000$) como dos pós-graduados ($M=1.69$, $DP=1.06$, $p=.001$). É de sublinhar que esta questão é colocada em termos gerais, e não em função de possíveis diferenças entre casais homossexuais e heterossexuais.

Finalmente, no que diz respeito às **dimensões das representações sociais acerca da violência doméstica em casais homossexuais**, a *homofobia*, o *heterossexismo*, os

valores conservadores, a religião e as opiniões políticas, enquanto dimensões que poderiam estar na base da visão que as pessoas detêm acerca da violência doméstica em casais do mesmo sexo, em todas elas se verificam diferenças significativas, ainda que os *valores conservadores, o heterossexismo e as opiniões políticas* suscitem divergência em mais grupos. 1) A subcategoria *valores conservadores* apresenta diferenças, nomeadamente em função das habilitações académicas ($F(2,122)=5.83, p=.004$). Os resultados mostram que existem diferenças entre os que frequentam o ensino superior ($M=4.88, DP=1.96$) e os licenciados e bacharéis ($M=6.09, DP=1.05, p=.01$), por um lado, entre os primeiros e os pós-graduados ($M=6.23, DP=.71, p=.003$), por outro. Significativos são também os valores em função da área académica ($F(3,99)=3.56, p=.02$), observando-se uma diferença entre psicologia ($M=6.35, DP=.59$) e direito ($M=5.65, DP=1.39, p=.01$), diferença esta semelhante à verificada entre psicólogos e juristas. Menos significativa, é a diferença registada no plano das instituições, entre tribunais e outras entidades, sendo que estas tendem a manifestar maior concordância. 2) O *heterossexismo* revela diferenças sobretudo nas profissões ($F(5,118)=3.72, p=.004$), designadamente entre psicólogos ($M=5.97, DP=.72$) e juristas ($M=4.94, DP=1.44, p=.01$). 3) As *opiniões políticas* estão na base de diferenças especialmente significativas nas instituições ($F(3,120)=4.07, p=.01$), divergindo os tribunais ($M=3.83, DP=1.85$) face à CIG ($M=5.60, DP=.74, p=.01$) e, de forma menos acentuada, face a outras entidades. Verificam-se ainda, com menor significância, diferenças entre juristas e assistentes sociais, paralelas às registadas nas respectivas áreas académicas, sendo que os últimos tendem a manifestar maior concordância.

5. Discussão dos resultados

Antes de passar a uma leitura interpretativa dos resultados obtidos, é conveniente lembrar o cuidado com que os dados estatísticos devem ser encarados, em virtude das limitações acima referidas. Poder-se-ia ter agrupado os resultados dos dois testes estatísticos, dadas as semelhanças, e até alguma redundância entre os resultados obtidos nalgumas variáveis, o que resultaria numa maior economia e, porventura, melhor legibilidade. No entanto, optou-se por manter uma apresentação separada, mesmo correndo o risco de uma maior dificuldade na leitura. Tal opção justifica-se por falta de tempo para uma leitura conjunta mais aprofundada e cuidadosa, que, a ser feita rapidamente, poderia correr outro risco, o de omitir ou rasurar alguns dados relevantes. Assim, preferimos organizar a leitura dos resultados por cinco grandes dimensões, começando por dados mais descritivos da tendência geral de resposta, passando depois à aos dados da estatística inferencial (testes *t* e *Anovas*).

Assim, e numa abordagem geral dos resultados, começando por uma análise das médias de resposta, são especialmente notórias as discrepâncias encontradas em matéria de questões insitucionais e respostas das autoridades e serviços de apoio à vítima. Por um

lado, parece ser clara a percepção das dificuldades que, em Portugal, as vítimas de violência doméstica em casais homossexuais, em situação de maior fragilidade do que outras, enfrentam no acesso e, sobretudo, na obtenção de resposta efectiva a eventuais pedidos de apoio e encaminhamento de queixas. Esta situação ocorre, segundo os dados, tanto por obstáculos (ou mesmo impossibilidade) de aceder a serviços especialmente dedicados a estas vítimas (e.g., abrigos) como por falta de preparação das autoridades e capacidade de resposta dos serviços de atendimento e apoio à vítima para lidar com eventuais pedidos de ajuda. Por outro lado, existe, por parte dos respondentes, uma percepção de competência e preparação para lidar com este tipo de situação, ainda que seja considerando importante obter formação específica para o trabalho nesta área. Assim, se parece haver alguma consciência da falta de preparação das autoridades para o acolhimento e apoio a vítimas, verifica-se uma certa contradição perante a confiança que os respondentes demonstram na sua capacidade (e das instituições em que trabalham) para lidar com estas situações de violência doméstica. Resta saber se as “autoridades” a que se refere a questão são vistas de um modo inclusivo ou se os participantes se sentem num grupo à parte.

No capítulo das dinâmicas de violência, são particularmente salientes a concordância com a ausência de apoio institucional e a sensação de desprotecção face ao agressor como factores desmotivadores de um abandono da relação abusiva, factores estes directamente associados a questões institucionais: os participantes parecem sensíveis, uma vez mais, às dificuldades que as vítimas antevêm num possível pedido de ajuda ou situação de denúncia. Neste ponto, destacaríamos ainda os dois aspectos mais nítidos no tocante às causas da violência entre pessoas do mesmo sexo, o controlo e o poder, curiosamente aqueles que estão no centro das dinâmicas de violência conjugal (tendo por base o paradigma heterossexual), o que mostra aqui um claro ponto de ancoragem na representação das dinâmicas de violência nos casais homossexuais.

Quanto aos aspectos relacionados com direitos, deveres e discriminação, as respostas evidenciam uma perspectiva de igualdade, tanto nos direitos e deveres de casais homossexuais (face aos heterossexuais) como no estatuto e credibilidade da vítima, o que demonstra uma atitude, à partida, de abertura a um tratamento, apoio e encaminhamento não discriminatório, ainda que, segundo as respostas às questões de índole institucional, os participantes manifestem dúvidas quanto à sua real eficácia.

Em relação aos mitos relacionados com a violência entre parceiros íntimos do mesmo sexo, as respostas evidenciam alguma prudência e, eventualmente, um desconhecimento quanto a números e dados mais precisos no tocante às dinâmicas de violência.

No que diz respeito às representações sociais acerca do fenómeno em estudo, é curiosamente no capítulo dos valores conservadores e, poder-se-ia dizer, ideológicos e

morais-religiosos, que os respondentes colocam mais o acento em termos da percepção que têm do olhar da generalidade das pessoas (deles próprios?) em relação à violência doméstica e conjugal em casais homossexuais. Ainda que a homofobia e o heterossexismo motivem também elevada concordância, e embora possam estar relacionados com os valores morais e ideológicos, o acento é colocado sobretudo em convicções, pela afirmativa, portanto, e menos em aspectos que significam mais imediatamente discriminação, intolerância, ou mesmo violência.

Voltando-nos agora para os dados emergentes da estatística inferencial, que permite destacar diferenças por grupos face ao que revelam as médias de resposta, até aqui analisadas. Fazendo uma comparação entre as variáveis independentes estudadas, destacam-se as diferenças entre dois grupos profissionais, os psicólogos e os juristas, nas diversas análises estatísticas efectuadas. Estas diferenças acentuam-se tanto mais quanto se verificam quer nas comparações dicotómicas (psicólogos vs. magistrados) quer nas análise de variância (psicólogos vs. juristas, psicologia vs. direito, tribunais vs. restantes instituições). Tais resultados sugerem diferentes percepções e, possivelmente, diferentes representações do fenómeno da violência doméstica e conjugal entre pessoas do mesmo sexo, em primeiro lugar, em função dos dois grupos profissionais. As diferenças em função do género são diminutas e aquelas que se verificam entre profissionais que têm (vs. os que não têm) contacto com vítimas restringem-se praticamente às variáveis que dizem respeito aos serviços de apoio e atendimento a vítimas e a algumas questões institucionais.

Do mesmo modo, na análise da variância, observam-se diferenças essencialmente nas variáveis independentes profissão, área de formação académica e instituição. A variável tempo de exercício apresenta diferenças em muito poucas variáveis dependentes, e com grau de significância menor, enquanto que, na variável habilitações académicas, algumas diferenças são concomitantes às verificadas nas variáveis profissão, área académica e profissão, sobretudo. Os resultados sugerem que os detentores de maiores habilitações tendem a revelar um maior conhecimento das dinâmicas de violência, dos aspectos institucionais e dos próprios mitos que envolvem o fenómeno em estudo.

Relativamente às variáveis em que maiores divergências se manifestam, pode afirmar-se que as diferenças registadas são praticamente paralelas nas três áreas mais representativas a nível dos resultados: estes tendem a ser muito semelhantes, e quase redundantes, se compararmos as respostas obtidas no grupo dos psicólogos e na área da psicologia; do mesmo modo, a comparação de respostas dadas por juristas, participantes da área do direito e profissionais que trabalham em tribunais. No entanto, podem encarar-se estes dados como reforçadores ou confirmatórios da grande tendência verificada para se registarem maiores diferenças entre dois grupos de profissionais, os da área da psicologia e os da área do direito. Por essa razão, referir-nos-emos, mesmo correndo o risco de alguma

simplificação, apenas a estes dois grupos, abstraindo da sua distribuição por outras variáveis.

Tendo em conta que o questionário é maioritariamente composto de perguntas e/ou afirmações que contemplam aspectos institucionais, dinâmicas de violência e, de forma explícita, representações acerca do fenómeno em estudo, é compreensível que aqui se verifiquem também quantitativamente maiores diferenças. Das questões colocadas acerca de mitos (4 num total de 31 questões) e dos deveres, direitos e discriminação (5), surgem diferenças significativas apenas em matéria de igualdade de direitos e deveres dos casais homossexuais relativamente aos heterossexuais: as respostas vão no sentido da concordância com a afirmação, em ambos os grupos, embora os psicólogos tendam a concordar mais.

No tocante às questões que se prendem com **aspectos institucionais**, os juristas tendem a manifestar maior concordância, ou menor discordância, relativamente à existência, acesso e resposta de serviços de atendimento e apoio à vítima destinados a homossexuais; manifestam também menor discordância em relação à preparação das autoridades portuguesas para lidar com as queixas quer com as vítimas de violência. A situação de maior fragilidade da vítima homossexual, dada maior pressão social e discriminação que sobre ela recai, motiva uma maior concordância por parte dos psicólogos. Paralelamente, quanto à necessidade de formação específica para lidar com vítimas de violência em casais homossexuais, enquanto os psicólogos tendem a concordar, os juristas manifestam neutralidade em relação a esta questão.

Quanto às **dinâmicas de violência**, sobretudo no que diz respeito às razões por que a vítima não abandona uma relação abusiva (*medo de revelação da orientação sexual, medo de represálias, medo de perseguição, desprotecção face ao agressor, ausência de apoio institucional*), enquanto os psicólogos tendem a responder de forma concordante, os juristas aproximam-se das respostas neutras. Em relação às causas (*poder desigual, controlo, condenação social da homossexualidade*) e consequências da violência (*medo, vergonha, culpa, isolamento, perda de direitos, perda de amigos e familiares*), os psicólogos tendem *grosso modo* a concordar mais com os diversos aspectos discriminados, enquanto os juristas se mantêm mais prudentes na concordância.

No capítulo das dimensões que, na óptica dos participantes, estão mais presentes nas **representações** que as pessoas têm do fenómeno da violência conjugal entre pessoas do mesmo sexo (*homofobia, heterossexismo, valores conservadores, religião e opiniões políticas*), verifica-se a mesma tendência para um padrão de resposta concordante por parte dos juristas, embora menos evidente do que o dos psicólogos.

Estes resultados parecem indicar, em primeiro lugar, e de uma forma porventura algo esquemática, mas cujo sentido é claro, uma tendência para os psicólogos traçarem um panorama mais pessimista acerca das diversas questões que envolvem a violência

doméstica em casais homossexuais, sobretudo no plano insitucional, onde parece haver, por parte dos juristas, uma maior crença, ou menor descrença, nas capacidades de resposta das diferentes entidades envolvidas no apoio à vítima (civis, judiciárias e policiais). Por outro lado, as respostas dos juristas revelam uma maior prudência em matérias como dinâmicas de violência e representações.

Várias razões podem justificar este padrão de resposta: embora os juristas possam também ter contacto directo com vítimas de violência doméstica, parecem mais renitentes em assinalar convictamente os factores que podem contribuir tanto para as dinâmicas de violência como para as ideias que as pessoas têm acerca do fenómeno nos casais homossexuais. Por outro lado, tal pode revelar um conhecimento mais distanciado, ou a ausência de dados disponíveis para responder às questões centrais em causa, o que motivaria respostas mais prudentes e conservadoras. As particularidades da violência doméstica entre pessoas do mesmo sexo não parecem motivar uma adesão a serviços e práticas de atendimento especializados, por exemplo, ou a formação específica, observando-se tendencialmente uma relativização destas diferenças que, segundo os estudos, é necessário ter em conta quanto se aborda esta problemática.

Por último, assinem-se algumas das variáveis relativamente às quais se verifica uma maior distribuição das respostas e/ou uma maior percentagem de respostas neutras (ou próximas), independentemente do grupo profissional, área académica ou de formação, tempo de exercício da profissão ou instituição, uma vez que podem revelar ou um desconhecimento em relação à questão em causa ou uma maior dificuldade em ancorá-la em conhecimentos prévios. As variáveis que mais respostas neutras suscitam são as que se prendem com os **mitos** acerca da violência conjugal entre pessoas do mesmo sexo. Entre elas está a questão da prevalência da violência doméstica, mais concretamente o facto de ser menor entre homossexuais. Cerca de metade dos participantes não concorda nem discorda, verificando-se uma distribuição quase uniforme das restantes respostas entre concordância e discordância. Duas outras questões focam o tipo de agressão mais frequente entre homossexuais (física ou psicológica): a ambas, perto de metade dos respondentes respondem também de forma neutra, verificando-se um segundo pico de frequência nas respostas discordantes (mais em relação à violência psicológica do que à física), o que pode revelar quer desconhecimento quer insegurança quanto a uma resposta generalizadora.

Outra dimensão, a **resposta dos serviços de atendimento a vítimas homossexuais**, revela padrões de resposta com dois picos, a concordância, por um lado, e a discordância por outro, designadamente no que diz respeito à igual acessibilidade dos serviços a heterossexuais e a homossexuais, na importância de haver serviços específicos para vítimas homossexuais e na própria resposta dos diversos serviços disponíveis. Os participantes dividem-se claramente entre os dois lados, evidenciando perspectivas opostas

em relação a esta matéria, o que revela posicionamentos distintos em relação ao papel das instituições no apoio efectivo a vítimas homossexuais. Aqui, no entanto, as diferenças têm uma leitura nitidamente institucional: os profissionais dos tribunais tendem a assumir uma perspectiva de maior crença na resposta dos serviços e parecem traçar um panorama menos negativo quanto à preparação e formação dos profissionais para lidar com queixas e vítimas de violência, como se depreende dos resultados. Embora não haja uma polaridade tão nítida em matéria de violência institucional, nomeadamente face à afirmação de que ela se faz sentir de forma mais pronunciada para os casais homossexuais, a distribuição das respostas indica que mais de um terço dos participantes discorda ou mantém uma posição de neutralidade.

Em síntese, pode afirmar-se que as perspectivas divergentes que emergem destes dados indiciam também representações diferentes de um fenómeno em parte ainda desconhecido dos profissionais que trabalham com vítimas de violência doméstica. O número de casos de violência em casais constituídos por pessoas do mesmo sexo que chegam às autoridades e aos serviços de apoio à vítima é escasso; por essa razão, os profissionais destas áreas têm ainda pouco contacto com os contornos de uma realidade que sabem existir, mas com a qual ainda não são confrontados (ou muito pouco).

Em termos gerais, os participantes revelam a convicção de que em Portugal as autoridades estão pouco preparadas para lidar com este fenómeno, ainda que, um tanto paradoxalmente, sintam que a instituição em que trabalham pode dar resposta a pedidos de ajuda das vítimas. Tal facto parece constituir um fenómeno de ancoragem face à violência doméstica em geral, isto é, pode haver por parte dos profissionais que trabalham no atendimento à vítima uma convicção de que estão igualmente preparados para situações de violência doméstica que, segundo os estudos, colocam maiores desafios aos serviços de atendimento a vítimas e se revestem de alguma especificidade. O mesmo fenómeno de ancoragem verifica-se quanto à leitura das dinâmicas de violência, nomeadamente no que diz respeito às causas: o controlo e o poder são as que manifestam valores mais elevados de concordância, o que pode significar simplesmente que estas são as atribuições causais mais frequentemente feitas por serem as mais conhecidas e divulgadas através da “roda do poder e do controlo”. Em relação a algumas variáveis, quer as que se prendem com mitos em relação à homossexualidade, quer às respostas das instituições, os dados sugerem que existem ainda bastantes dúvidas e hesitações relativamente a alguns aspectos relevantes no conhecimento do fenómeno da violência doméstica entre parceiros íntimos do mesmo sexo, o que parece indicar falta de informação (e de formação) acerca desta realidade, uma informação que permita responder de forma mais clara e convicta a estas questões, e outras, tais como aquelas que se prendem com tipos e dinâmicas de violência.

Em investigações futuras, um dos aspectos a melhorar seria trabalhar com amostras quantitativamente mais equilibradas, de modo a corrigir possíveis distorções provenientes do reduzido número de participantes do sexo masculino e de técnicos que não trabalham com vítimas directamente, por exemplo. Por outro lado, seria importante alargar o número de grupos presentes no estudo, em particular agentes policiais e eventualmente, embora tal requeresse a construção de um questionário com características diferentes, de um grupo da população em geral, de forma a obter dados comparativos entre profissionais que trabalham com vítimas, directa ou indirectamente, e da população mais alargada.

CAPÍTULO III. VIVÊNCIAS DE VÍTIMAS

1. Objectivos e questões orientadoras

A segunda parte deste estudo, de carácter qualitativo, visa conhecer algumas das questões levantadas e as percepções que as vítimas de violência doméstica em relações homossexuais reflectem nas experiências relatadas.

Pretende-se, mais concretamente, através da análise de conteúdo de duas entrevistas, descrever e interpretar o modo como a violência doméstica entre casais do mesmo sexo é vivida, e se houve, ou não, recurso a instituições judiciais ou de apoio a vítimas. Espera-se, mediante esta análise, aceder às categorias emergentes do material discursivo produzido nas narrativas das participantes.¹¹

2. Metodologia

2.1. Instrumento e procedimento

Para a segunda parte do estudo empírico, foi utilizada uma entrevista semi-estruturada (cf. Guião, Anexo 6), encerrando um conjunto de questões emergentes da bibliografia sobre violência doméstica em casais homossexuais, baseando-se, nomeadamente, no estudo de Ristock (2002).

As participantes foram contactadas através de um pedido-anúncio enviado para diversas associações LGBT. Uma das entrevistas decorreu face a face, foi gravada em registo áudio, com a autorização da entrevistada, e posteriormente transcrita. A segunda foi realizada *online*, tendo sido obtida a autorização para a sua gravação em suporte digital por parte da participante. Foi garantido o carácter confidencial da entrevista, bem como o tratamento sigiloso do material obtido, pelo, que, na transcrição das entrevistas, foram apagadas quaisquer referências que pudessem identificar pessoas e contextos.

De notar que o facto de o *medium* através do qual se realizou uma das entrevistas ser diferente pode ter implicações na própria produção de resposta e, por conseguinte, na extensão, estrutura e riqueza informativa das mesmas. Embora o guião de base fosse o mesmo, o facto de colocar questões à distância, mesmo que em tempo real, podendo facilitar a expressão mais livre, oblitera os aspectos não-verbais, o que não acontece na entrevista em presença, ao mesmo tempo que introduz uma rapidez na sequência pergunta-resposta e uma gestão do tempo diferente da entrevista presencial. A entrevista feita *online* tende, assim, a ser um pouco mais directiva e a sugerir um tipo de resposta mais fechada do que a entrevista realizada em presença. Estas limitações devem ser tidas em linha de conta

¹¹ As duas pessoas que entrevistámos são mulheres. Não houve homens que se disponibilizassem para participar nesta parte do estudo. As dificuldades inerentes à situação de relato de situações de violência doméstica serão porventura mais difíceis de superar para os indivíduos do sexo masculino, possivelmente devido à pressão suplementar que recai sobre a assunção de um estatuto de vítima. No entanto, não é possível saber com certeza quais as razões que levaram a esta situação no caso particular do nosso trabalho.

na análise de conteúdo, se bem que ela não procure individualizar os percursos ou os casos individuais das participantes.

2.2. Caracterização da amostra

Foram entrevistadas duas pessoas do sexo feminino que relataram episódios de violência doméstica no contexto de uma relação homossexual, uma com idade compreendida entre os 25 e os 30 anos e a outra entre os 30 e os 35 anos à data da entrevista. Os nomes abaixo citados, na análise, são fictícios. Por questões de confidencialidade, são omitidos outros dados sócio-demográficos que possam ser identificadores das entrevistadas. Ambas falaram pela primeira vez, no contexto desta entrevista, das situações de violência doméstica/conjugal que viveram.

2.3. *Grounded theory*

A *grounded theory* pode caracterizar-se como uma conceptualização de uma metodologia de estudo de discursos e acções dos indivíduos, baseada em dados recolhidos e analisados de modo sistemático. Surgiu na área da sociologia (Glaser & Strauss, 1967, *cit. in* Strauss & Corbin, 1994) com o intuito de produzir conhecimento, ou uma teoria, com um forte enraizamento nos fenómenos a investigar. Do ponto de vista epistemológico, a *grounded theory* procura dar conta da natureza complexa dos fenómenos a estudar, tanto pela subjectividade que comportam como pela multiplicidade de questões que os seus contextos encerram; por outro lado, encara o papel do investigador como interveniente activo, subjectivo e interpretativo na construção progressiva do conhecimento (Fernandes & Maia, 2001). A *grounded theory* situa-se, sob muitos aspectos, num paradigma epistemológico pós-positivista e até pós-moderno.

Os procedimentos que regem uma análise de conteúdo de documentos segundo a *grounded theory*, mais especificamente a *grounded analysis*, têm como ponto de referência os dados recolhidos, partindo e regressando sempre a eles de forma sistemática e rigorosa, no chamado método de comparação constante. O formato de análise de dados segue basicamente três processos de codificação: aberta, axial e selectiva. A codificação aberta constitui o primeiro momento de criação de categorias; na codificação axial o investigador cria uma estrutura lógica para essas categorias, comportando condições causais, o contexto, condições intervenientes e consequências; e a codificação selectiva tem por finalidade a integração das categorias estruturadas na fase axial da codificação para construir uma narrativa do fenómeno central do estudo (Creswell, 1998).

Considerou-se que, para o presente estudo, a *grounded theory* se adequava melhor às características dos documentos a analisar, duas entrevistas obtidas a partir de um guião semi-estruturado. A par da exigência de rigor e exaustividade que o método de comparação constante exige, nas várias fases de codificação, permite uma fundamentação das

categorias criadas unicamente nos dados obtidos e ao mesmo tempo uma flexibilidade na constituição e interacção entre as mesmas. Por outro lado, pretende-se trazer para o primeiro plano o discurso das pessoas que se identificaram como vítimas de violência conjugal numa relação homossexual e os significados que atribuem a essa vivência.

No entanto, há que fazer duas ressalvas: tendo em conta, em primeiro lugar, que o objectivo da *grounded theory* é sobretudo desenvolver teoria (Strauss & Corbin, 1994, p.273), chegar a um esquema abstracto dos fenómenos (Creswell, 2001, p.56) e, em segundo, o número de participantes e a escassez do material analisado, não estão à partida reunidas as condições para a construção de um estudo *grounded*, dado que, segundo os autores, é necessária uma amostra de 20 a 30 sujeitos (*ibidem*). Por conseguinte, não se visa tão pouco a saturação das categorias, outra das exigências de uma análise segundo os princípios da *grounded analysis*. Assim, esta parte do nosso estudo busca essencialmente a emergência das categorias produzidas através de uma análise segundo esta metodologia, pelas razões acima enunciadas.

3. Análise de conteúdo das entrevistas

Dois tipos de **contextos** enquadram os relacionamentos em que ocorre violência conjugal entre parceiras e/ou parceiros íntimos. Em primeiro lugar, surgem as trajectórias relacionais e as circunstâncias em torno do surgimento das relações e em segundo os afectos.¹²

Quanto às trajectórias relacionais, salientam-se a quantidade e as características das relações, com predomínio homossexual, mas com ocasionais parceiros heterossexuais, com e sem casamento, com e sem filhos, com e sem coabitação. Algumas relações terminam por ocorrência de episódios repetidos de violência conjugal. É dado igualmente algum relevo ao modo como se deu o conhecimento que originou a relação, salientando-se as afinidades de interesses no âmbito vocacional/profissional, ou ainda o facto de as parceiras serem, nalguns casos, activistas LGBT.

No tocante aos afectos referidos nos dados como condição necessária para a existência e a manutenção do relacionamento amoroso, o amor e a paixão, parecem constituir a razão de ser de uma relação de carácter conjugal. Mesmo havendo episódios de violência, a presença de um desses afectos positivos pode servir de motivo para continuar a dar significado à relação. A Manuela refere que, após o surgimento da violência, “mudaram algumas coisas, mas não o sentimento”. Outro aspecto que se prende com esta questão é a percepção de que uma relação pautada exclusivamente pela sexualidade, em que não estão presentes esses afectos, não tem condições de sobrevivência. Diz a Joana que “o que ela queria era sexo puro e cru (...), eu, para ter um envolvimento com a pessoa, preciso de amar a pessoa.”

¹² Cf. análise categorial das entrevistas no Anexo 7.

Destes contextos relacionais emergem as **trajectórias de violência**, comportando, como subcategorias, as dinâmicas de violência propriamente ditas e de vitimação.

No tocante às dinâmicas de violência, são referidas situações em que a violência verbal precede a física, numa lógica de escalada, havendo ou não defesa, passiva ou activa, por parte da agredida. Ainda que esta trajectória tenda a ser descrita como mais frequente, acontece igualmente uma situação em que surge primeiro uma agressão de tipo verbal (e.g., insultos, ameaças), tendo como resposta uma agressão de tipo físico: “as palavras [da minha parceira] são cuspidas violentamente (...) do meu lado chega a haver contacto corporal (...) é uma defesa aos gritos dela e é manifestado com safanões e empurrões” (Manuela).

Noutras situações, acontece apenas violência verbal ou apenas física, sem escalada de um tipo de agressão para outro. Citando a Joana, referindo-se a um dos relacionamentos com uma mulher: “não houve violência física (...) só houve (...) muito numa de insultos”. Noutra relação, a violência é quase exclusivamente física: “cheguei tarde (...) deitei-me na cama (...) bateu-me! (...) estrangulou-me”; numa altura posterior, ainda relativamente a esta parceira: “eu estava deitada no sofá, a dormir, acordei com um pontapé na cabeça”.

Ocorre ainda um padrão de violência descrito pelas entrevistadas como abrupto, explosivo, que surge na relação de forma intermitente: “foi uma situação de descarga que ela teve (...) de raiva e descarregou ali em mim (...) ela tinha assim uns (...) virava (...) e partia para...para a violência” (Joana); “são momentos em que num segundo algo explode e é levado a um extremo” (Manuela).

No que diz respeito às dinâmicas de vitimação, apesar de, na maioria das situações narradas, haver uma atribuição clara dos papéis de agressora e vítima, numa delas os papéis parecem estar sobrepostos, embora a níveis diferentes. Diz a Manuela: “há duas vítimas de coisas diferentes, de ‘agressões’ de diferentes naturezas (...) sinto-me vítima na medida [em que estou a] viver com uma vítima (...) e ao viver com uma vítima acabamos por nos tornar numa”.

Relativamente à **tipificação e caracterização da violência**, descortinam-se seis subcategorias, a saber: 1) tipos de violência, 2) direcção, 3) intensidade, 4) discriminação e estigmatização, 5) ausência de apoios e 6) mitos em torno da violência.

Quanto aos tipos de violência descritos, são essencialmente de natureza verbal, física e psicológica. No primeiro, cabem situações de gritos, ameaças, insultos, difamação, discussões violentas. No campo da violência física, são mencionados pontapés, safanões, empurrões, ou simplesmente situações em que ocorre contacto corporal violento (e.g., “bateu-me”), sem especificação. A violência psicológica é referida poucas vezes de forma explícita, como o “terror psicológico” de que fala a Manuela a dada altura. No entanto, há diversas situações passíveis de serem enquadradas nesta subcategoria, dado que, não se configurando directamente como violência verbal ou física, são sentidas como uma forma de

exercício de controlo da liberdade de acção e de autodeterminação da agredida. Trata-se de situações que podem estar associadas a coacção sexual, constituindo-se a sexualidade e a frequência das relações sexuais como base da relação: “o que ela queria era sexo...puro e cru”, “era muito exigente (...) gostava muito era de sexo”, refere a Joana relativamente a duas parceiras. Outro tipo de ocorrência prende-se com episódios de privação de sono, de modo a provocar exaustão, enquanto resposta a comportamentos tidos como inaceitáveis (e.g., uma partida para o estrangeiro, por motivos profissionais): “ela não aceitou que eu fosse, eu lembro-me (...) [de] ela ter-me feito aquela coisa do sono...de não me deixar dormir” (Joana).

Relativamente à direcção da violência, é descrita como *unidireccional*, i.e., uma situação em que há clareza na distribuição de papéis e apenas uma agressora e uma vítima, exercendo a vítima a sua defesa de forma mais ou menos activa: a reacção vai da passividade à defesa pura e simples da integridade física. Há, por outro lado, situações de agressão *bidireccional*, em que a vítima contra-ataca, verbal ou fisicamente, ou em que a agressão é vista como mútua, situando-se num mesmo nível de violência, ainda que tenha sido claramente uma das parceiras a primeira a agredir. É a situação-limite referida pela Manuela, quando dizia haver, nas dinâmicas de violência com a sua parceira, duas vítimas.

No que diz respeito à intensidade, vai desde episódios em que “não houve grande violência” (Joana) até aos momentos em que a entrevistada se sente em risco de vida, por exemplo numa situação onde, para além das repetidas agressões físicas e verbais, é iminente uma pancada na cabeça com um martelo: “e estava ela quase a dar uma martelada (...) na cabeça, a dizer que me ia matar” (Joana).

As três subcategorias seguintes, não sendo aparentemente tipos de violência no sentido mais comum do termo, discriminação e estigmatização, ausência de apoios e mitos em torno da violência, constituem, no entanto, no relato das entrevistadas, modos de perceber, ainda que indirectamente, a violência de que são vítimas no contexto de uma relação íntima com uma pessoa do mesmo sexo.

Quanto à discriminação e estigmatização, surge por duas vias: a primeira é o silêncio que recai de forma particular sobre a violência conjugal em casais homossexuais. Ambas as entrevistadas falam pela primeira vez dos relacionamentos em que foram vítimas e sentem que é um assunto tabu ou pura e simplesmente ignorado, quer pela sociedade em geral quer especificamente no seio da comunidade LGBT. A Joana refere, inclusivamente, que uma das formas de discriminação sentidas foi a difamação junto ao meio *gay* e *lésbico* por parte de uma companheira activista LGBT. Outras formas de estigmatização incluem um juízo avaliativo negativo acerca da homossexualidade e de estilos de vida a ele associados: “socialmente acho que não era nada aceite, porque eu depois (...) cá fora assumo as minhas coisas (...) e eu sentia (...) discriminação (...) olha, aquela separou-se [do marido] e está ali e vive com aquela” (Joana). Um termo sintomático da percepção do estigma que pesa sobre

as relações homossexuais é “lesbofobia”, empregue pela Joana a propósito de uma situação que resultou na saída compulsiva da pensão onde estava a viver com uma companheira.

No tocante à ausência de apoios recebidos por ocasião dos episódios de violência, as entrevistadas referem não ter recorrido a qualquer tipo de pedido de ajuda para enfrentar ou resolver as situações de violência conjugal vividas. Os apoios solicitados foram, quando muito, de índole particular e provisória. Não houve recurso à denúncia por motivos de falta de confiança na eficácia das autoridades e por medo de revitimação (“não denunciei por medo de sofrer violência por parte das autoridades”, Joana). Este ponto é particularmente sensível, na medida em que, por um lado, não há de facto pedido de apoio, por outro, todavia, ele surge por medo de exposição (“[senti-me] inibida também”, Manuela), mas também pela desconfiança face aos recursos, em Portugal, para oferecer ajuda eficaz a vítimas de violência doméstica em casais homossexuais.

Por fim, as entrevistadas fazem eco de mitos comuns que circulam a propósito quer das relações homossexuais quer da violência conjugal entre pessoas do mesmo sexo, o que constitui mais uma forma de sentir a discriminação de que são alvos. A Manuela refere, por exemplo, a representação das ligações amorosas entre pessoas do mesmo sexo como uma relação entre amigos: “ainda se diz ‘o teu amigo/a tua amiga’”. Por conseguinte, “é vista como [uma relação] baseada na amizade e com isto quero dizer ‘uma relação harmoniosa’”, em que, portanto, a violência é impensável. Estes mitos, de acordo com a bibliografia de referência, constituem obstáculos importantes à tomada de consciência social de situações de violência doméstica entre pessoas do mesmo sexo e, por isso, colocam um entrave à constituição de estruturas de apoio e de mecanismos eficazes de denúncia (jurídico, policial). Por outro lado, funcionam também como armadilha, na medida em que levam ao escamotear e silenciar de um fenómeno que aflige tanto os casais heterossexuais como homossexuais, sofrendo estes por acréscimo a dupla invisibilidade e discriminação de que são objecto, algo que pode levar à idilização das relações entre “iguais” quer por parte de uma dada representação da homossexualidade exterior à comunidade homossexual, quer por parte da própria comunidade LGBT.

Passando à categoria das **atribuições causais para a violência**, emergem quatro subcategorias: 1) características de personalidade, 2) dependência económica e emocional, 3) diferenças de poder e 4) diferenças de experiências de vida. Embora as questões colocadas não vão no sentido de suscitar explicações de tipo causal para o surgimento da violência, no decurso do relato, as entrevistadas vão procurando elas próprias respostas para tal. São, pois, essas atribuições causais que convergem nestes quatro pontos.

As características de personalidade, da própria como da parceira, surgem como atribuição causal mais frequente para o surgir e escalar da violência: “começou a haver violência, porque eu sou uma pessoa que necessita (...) da minha liberdade (...) e depois (...) quando começam a exigir a minha presença” (Joana); “ela gosta de ser o centro das

atenções e (...) se não lhe derem essa atenção, explode” (Manuela); “o que é que despoletou a violência? (...) foi o ciúme (...) eu acho que foi o ciúme” (Joana).

São referidas algumas situações de dependência, quer de natureza emocional quer, sobretudo, de índole económica que, não estando directamente associadas à ocorrência de agressões, são dadas como explicação para a entrada numa relação à partida marcada (e depois mantida) por razões de carência económica e/ou emocional: “estava um bocado dependente (...) fiquei sem dinheiro (...) e foi uma noite terrível (...) ela ter-me feito aquela coisa do sono” (Joana); “porque me tentava comprar porque tinha dinheiro (...) precisava de um computador (...) ‘dou-te um computador’ (...) ‘ficas com a minha casa’” (Joana); “quando ela entrou em contacto comigo passado para aí quatro ou cinco dias de nos termos separado (...) foi ela que bateu e eu deixei ficar-me assim, mais...submissa (...) telefona-me e eu vou logo a correr” (Joana).

As diferenças de poder fazem também parte das atribuições causais da violência, antes de mais ponto de vista físico: “ela ainda é maior, é grande” (Joana). Mas também é referido o controlo devido a características de personalidade: “a minha parceira é a parte ‘forte’ (...) eu sou bastante flexível, ela não (...) não tem uma consciência do meio termo (...) ela gosta de ser o centro das atenções e tem essa necessidade de atenção demasiado carente” (Manuela).

Relativamente às diferenças de experiência de vida, embora não sejam apresentadas como causa imediata para o eclodir da violência, surgem no contexto da reflexão acerca das diferenças que conduzem a um mal-estar continuado conducente às agressões: “já tinha tido experiência de partilhar casa, que não era o caso dela (...) acho que tenho uma capacidade de encaixe e de abertura de espírito (...) maior em situações que ela não compreendia (...) se calhar [por] optar por experiências diferentes” (Joana); “[as diferenças de poder sentem-se na diversidade de] experiência de vida (...) de amores” (Manuela).

Uma última categoria prende-se com as **consequências da violência**, subdividindo-se em: 1) danos físicos, 2) danos psicológicos, 3) alívio (“terapia”) e 4) autoconhecimento.

Os danos físicos, não sendo especificados, são os resultantes das agressões físicas referidas (pontapés, etc.).

Quanto aos danos psicológicos, vão desde uma difusa sensação de mal-estar: “por nos magoarmos e termos consciência disso” (Manuela), subindo de intensidade, até ao “terror psicológico” (id.). Surgem, com alguma frequência, referidas emoções negativas, como mágoa, susto, medo, terror, percepção de morte iminente, como consequência directa de agressões e, por outro lado, na antecipação de novos episódios de violência. É referida ainda uma situação de depressão subsequente a um divórcio de um casamento anterior, em que houve repetidos episódios de violência.

Uma das entrevistadas afirma sentir alívio após a ocorrência da agressão (quer verbal, quer física); o episódio de violência ajuda a libertar tensões acumuladas: “aquela agressão (...) vem como uma purificação de espírito (...) é como se tivesses algo a ferver cá dentro e tens que soltar esse turbilhão para que possas continuar a respirar (...) é como uma terapia” (Manuela).

Outra consequência que emerge dos dados é um maior autoconhecimento, uma aprendizagem, isto é, as situações de violência, ao levarem a relação até um determinado limite, permitem um conhecimento da pessoa ao testar esses mesmos limites, fomentando uma diferente tomada de perspectiva: “mudou a minha maneira de encarar situações problemáticas (...) mudou a minha maneira de ser – sou mais controlada, menos impulsiva para o mal (...) sou mais consciente dos actos, do outro, ponho-me mais do ponto de vista do outro (...) mudou algo no que sinto por mim mesma” (Manuela).

4. Discussão dos resultados

Não obstante as limitações inerentes à dimensão da amostra trabalhada, a que acima se aludiu, é possível destacar, a partir da análise de conteúdo alguns dos aspectos que enformam o fenómeno da violência conjugal em casais homossexuais. Como atrás se sublinhou, não é possível generalizar os dados obtidos nem tão pouco criar teoria a partir deles. A breve reflexão que se segue pretende tão só deixar algumas notas acerca dos resultados obtidos, vendo em que medida vão ao encontro das expectativas, face à bibliografia consultada, ou se produzem conhecimento novo.

Um confronto entre os dados emergentes das entrevistas e a literatura acerca da violência entre parceiros íntimos do mesmo sexo permite retirar algumas conclusões relativamente às temáticas dominantes. Tendo por referência a investigação com propósitos teórico-conceptuais, incluindo os estudos que se baseiam sobretudo na análise de relatos de vítimas, mas também os diversos relatórios das diversas instituições ligadas, de forma directa ou indirecta, à defesa dos direitos LGBT, podemos afirmar que, de um modo geral, se reencontram nestas entrevistas muitos dos aspectos aí abordados no que diz respeito aos contextos, trajectórias, dinâmicas, tipos, causalidades e consequências da violência em casais homossexuais.

No tocante aos contextos, trajectórias e tipos de violência que são referidos, não se encontram diferenças significativas em relação aos dados encontrados nos estudos. Muitas das dimensões aludidas pelas entrevistadas, embora não todas, estão presentes, por exemplo, na roda do poder e do controlo adaptada aos casais homossexuais: o abuso físico, emocional, a dependência económica, ameaças e intimidação, homofobia. A amostra limitada não permite, de facto, uma saturação dos dados.

Um aspecto curioso emergente de uma das entrevistas diz respeito à dinâmica de vitimação e à respectiva distribuição de papéis: enquanto uma das participantes (Joana)

refere situações de violência com uma clara atribuição do papel da agressora e da vítima, na entrevista da Manuela esta categoria não é susceptível de uma partição tão nítida, havendo mesmo uma duplicação da autoria das agressões, ainda que em planos diferentes, como se pôde constatar. A complexidade da dinâmica de vitimação nas relações íntimas entre mulheres é um aspecto para o qual alguns estudos chamam a atenção, designadamente Costa, Machado e Antunes (no prelo), revelando que os perpetradores de violência terão sido também vítimas em algum momento e vice-versa, o que sugere possíveis comportamentos de auto-defesa, sem que, no entanto, tal implique necessariamente abuso mútuo. Ristock (2002), por seu turno, sublinha a flutuação a que esta categoria está sujeita nos relatos de vítimas. De resto, como acima referimos, segundo a investigadora, e tendo em conta os modelos teórico-conceptuais que, na sua óptica, devem presidir à categorização e análise deste tipo de material discursivo, é fundamental estar atento aos diferentes contextos, à linguagem, às vivências particulares de cada sujeito, que podem obrigar a repensar as categorias pelas quais lemos a realidade e o constructo violência doméstica entre pessoas do mesmo sexo, designadamente entre mulheres, em relações íntimas.

Outro tópico de que as participantes fazem eco são os mitos que comumente circulam a propósito das relações homossexuais (e.g., dessexualizando o contexto da relação) e inclusive da própria existência de violência nesse contexto.

É no capítulo das consequências da violência conjugal que surgem duas subcategorias praticamente ausentes na bibliografia revista, curiosamente dois aspectos de valência positiva, o que não seria, à partida de esperar: referimo-nos, especialmente, à percepção de alívio, uma faceta quase “terapêutica” que a descarga de tensão física e emocional podem proporcionar, apesar de haver consciência do sofrimento e das implicações negativas que a violência tem.

Em segundo lugar, o facto de se considerar que os episódios de agressão constituem, *a posteriori*, oportunidades de autoconhecimento e aprendizagem é outro elemento que desconfirma a tendência quase unânime de encarar como negativas as consequências de uma relação pontuada pela violência. Esta percepção da violência encerra quase um paradoxo, e torna-se tanto mais interessante quanto é desconfirmatória do que se sabe acerca das dinâmicas que estão na base da violência conjugal. Por certo que se poderá questionar até que ponto esta percepção está associada a uma intensidade relativamente moderada de violência; no entanto, não restam dúvidas acerca da avaliação da relação como violenta e dos episódios de agressão como indutores de sofrimento.

Uma vez mais, o olhar com que é perspectivada a violência obriga a uma revisão dos parâmetros referidos na literatura acerca da violência doméstica em geral, e, em particular, entre pessoas do mesmo sexo, para além de ter de considerar os factores relacionais e contextuais implicados na situação de abuso.

REFLEXÕES FINAIS

O fenómeno da violência doméstica entre pessoas do mesmo sexo vem ganhando alguma visibilidade na sociedade portuguesa, facto a que não é alheio o alargamento da criminalização dos maus tratos perpetrados contra pessoas do mesmo sexo em contexto conjugal, prevista recentemente pelo Código Penal. No entanto, persistem, na nossa sociedade, muitos factores que criam ainda resistências a um maior conhecimento e, conseqüentemente, a uma maior capacidade para encarar e dar resposta a situações concretas.

Desde logo, a alteração prevista no Código Penal contrasta com uma ainda recente oposição de alguns juizes à aceitação da existência de violência conjugal entre pessoas do mesmo sexo pelo facto de não estar previsto o casamento homossexual. Esta circunstância não é despicienda em termos de direitos e deveres, e poderá estar a montante da própria representação que, designadamente, juizes e juristas em geral, têm da violência em casais homossexuais. Apesar de as alterações legislativas serem de saudar, elas não implicam uma mudança imediata de atitudes e representações (Knauer, 1999) que, mesmo pessoas ligadas às profissões jurídicas, terão acerca das matérias em causa.

O nosso estudo visa aceder às representações sociais do fenómeno da violência doméstica no contexto das relações homossexuais. A análise dos dados emergentes das respostas ao questionário principal permitem retirar algumas conclusões: em termos mais globais, e independentemente dos grupos estudados, não se afigura clara uma representação estruturada acerca do tema em estudo no conjunto dos participantes. A haver uma representação, ela é incipiente e revela pontos de ancoragem face à violência doméstica em casais heterossexuais, como tivemos ocasião de realçar. Por outro lado, as contradições assinaladas, nomeadamente entre a consciência dos obstáculos que impedem um acesso das vítimas a serviços de apoio (e mesmo a inexistência ou ineficácia de serviços especializados) e a convicção dos participantes quanto à sua capacidade de darem resposta a eventuais pedidos de ajuda, podem significar várias coisas: um desconhecimento das reais dificuldades sentidas pelas vítimas para obterem apoio institucional, a consciência de que essas dificuldades existem, mas que podem ser ultrapassadas, um excessivo optimismo na capacidade sentida para dar resposta (pessoal, institucional) a eventuais pedidos de apoio e encaminhamento destas vítimas.

Os participantes reflectem, assim, a consciência de que a pressão social a que esta população está sujeita, por força das representações dominantes acerca da própria homossexualidade, marcadas em boa medida pela homofobia, por uma perspectiva heterossexista e heteronormativa, por valores conservadores em matéria de direitos conjugais de uma minoria, têm implicações na construção de uma estrutura de apoio eficaz a vítimas homossexuais. Não resulta claro, no entanto, nem a nossa investigação permite

retirar tais ilações, até que ponto os profissionais que participaram na primeira parte do estudo estarão conscientes das mudanças necessárias em matéria de apoio a vítimas no contexto de relações homossexuais. Muito menos permite saber em que medida estariam dispostos a encarar a sua utilidade e transposição para a prática insitucional e profissional.

Focando as diferenças mais significativas a que o estudo permite aceder, elas são notórias sobretudo na comparação entre psicólogos e magistrados. Os psicólogos, ainda que manifestem confiança nas suas capacidades (e nas das instituições a que pertencem) para lidar e dar resposta a situações de pedido de ajuda e encaminhamento de vítimas de violência em casais homossexuais, são especialmente cautelosos e realistas, um tanto pessimistas até, no que diz respeito tanto ao acesso das vítimas a serviços de atendimento como à resposta institucional, em termos globais, a eventuais denúncias de violência doméstica ou a pedidos de apoio. Sentem-se preparados para intervir, concordando embora com a necessidade de uma formação específica para o atendimento a vítimas de violência conjugal provenientes de casais homossexuais. Sabem, no entanto, que as vítimas muito mais dificilmente recorrerão aos seus serviços: parece existir um hiato entre a consciência das capacidades e competências de uns para intervir e prestar um serviço, por um lado, e as dificuldades e obstáculos de outros para chegarem a ele. Os psicólogos revelam, ainda, maior conhecimento acerca de questões como dinâmicas de violência, nos seus diversos aspectos (e.g., razões para o não abandono da relação por parte da vítima, causas e consequências das situações de violência), o que poderá estar associado ao trabalho mais directo com vítimas de violência doméstica em geral e ao acompanhamento de situações concretas de violência e abuso nas relações conjugais. Para os psicólogos, parece ser mais fácil encontrar pontos de ancoragem, certamente em virtude do trabalho com vítimas de violência doméstica em casais heterossexuais.

Por parte dos profissionais do direito, os dados sugerem, sobretudo nos aspectos ligados à resposta das instituições, uma visão mais optimista do que a dos psicólogos, revelando os juristas maior confiança nas possibilidades de acesso das vítimas homossexuais aos serviços e, por outro lado, na capacidade das instituições a que pertencem para lidar com este fenómeno, traçando assim um cenário menos realista comparativamente com os psicólogos. Este grupo profissional revela ainda uma tendência para o não compromisso com uma resposta clara, em termos de concordância ou discordância, em matérias tão sensíveis como as razões pelas quais as vítimas não abandonam a relação, a importância da formação específica para lidar com vítimas oriundas de relações homossexuais e a capacidade de resposta das autoridades portuguesas face a estas situações de violência. Estes dados sugerem uma grande prudência e conservadorismo por parte dos profissionais da justiça inquiridos; é possível que, mesmo trabalhando directamente com vítimas, as questões jurídicas estejam na primeira linha do apoio prestado, o que poderá explicar, em parte pelo menos, alguma renitência, por

ignorância ou descomprometimento, em optar por respostas mais claramente concordantes ou discordantes, nomeadamente em matéria de dinâmicas de violência ou mesmo em questões institucionais.

O confronto entre psicólogos e juristas permite retirar duas conclusões: em primeiro lugar, a representação social que uns e outros detêm acerca da violência doméstica e conjugal em casais homossexuais, a existir, é diferente, opondo-se mesmo nalguns aspectos, como se pode constatar. Um segunda conclusão é justamente a dúvida acerca da existência de uma real representação social, clara e nítida, acerca da violência em casais homossexuais, com um núcleo central bem definido, como propõe Abric (1994), na medida em que tanto uns como outros revelam ainda algumas contradições e incertezas, que sugerem, na nossa opinião, a presença de representações ainda incipientes, instáveis, em construção: é uma matéria acerca da qual provavelmente muitos dos participantes terão sido confrontados poucas vezes, e se calhar nunca na sua prática profissional. No entanto, arriscamos a proposta de leitura global destes dados como a configuração de uma representação (ou de representações) tendencialmente emancipadas ou até polémicas, tal como foram definidas e caracterizadas no enquadramento teórico (Moscovici, 1988).

Integrando os dados do estudo quantitativo com o mais qualitativo, uma conclusão salta de imediato à vista, justamente em matéria de apoio institucional: ambas as participantes referem uma grande renitência em denunciar as situações de abuso vividas. Tal inibição prende-se, por um lado, claramente com a desconfiança face à eficácia das autoridades e das instituições, quando não mesmo a consciência da inexistência de serviços (e.g., abrigos) especialmente vocacionados para vítimas de abuso em contexto de relações homossexuais; por outro lado, o medo de exposição do abuso, especialmente por revelar uma orientação sexual sujeita a discriminação, constitui um obstáculo suplementar. Esta circunstância revela uma consciência das representações que circulam na nossa sociedade, quer acerca da homossexualidade quer acerca da violência conjugal nas relações entre pessoas do mesmo sexo, com implicações directas na ausência de confiança no apoio eficiente em eventuais situações de denúncia ou pedido de ajuda e encaminhamento.

Os relatos das vítimas que pudemos recolher fornecem, por outro lado, elementos de reflexão adicionais, apresentando um quadro mais complexo e diferenciado do que seria de esperar. A representação da violência doméstica segundo a qual a violência conjugal é só uma, independentemente de ocorrer entre pessoas do mesmo sexo ou de sexo diferente, é desafiada pelos relatos das vítimas nalguns pontos, sobretudo no que diz respeito às dinâmicas de violência, no caso vertente, em relações íntimas entre mulheres. As respostas dadas pelos inquiridos na primeira parte do estudo sugerem uma maior facilidade de ancorar as representações acerca da violência doméstica em casais homossexuais na lógica do poder e do controlo, que está na base do modelo dominante na abordagem deste fenómeno. No entanto, como sublinha Ristock (2002), podem existir outras lógicas, outras dinâmicas

mais complexas, designadamente no plano das dinâmicas de perpetração e vitimação. Uma das entrevistas analisadas aponta claramente nesse sentido, constituindo, à primeira vista, uma excepção à lógica mais linear e unidireccional da violência que o modelo do poder e do controlo pode encerrar. Não se trata de excluir essa lógica, mas sim de encarar os aspectos em que ela se complexifica.

As duas partes de que se compõe a nossa investigação, abordando embora populações distintas entre si, por assim dizer de lados diferentes, se não opostos, da mesma realidade, não se fecham numa visão de conjunto ou de síntese do fenómeno em estudo. Os participantes debruçam-se sobre aspectos diferentes, as suas respostas relevam de práticas e experiências necessariamente diferentes que, todavia, são fundamentais para compreender o objecto que nos propusemos investigar. Tanto as representações de técnicos e profissionais que trabalham, directa ou indirectamente, com vítimas de violência doméstica, como o discurso das pessoas envolvidas em situações de violência com parceiros íntimos do mesmo sexo, devem constituir um ponto de partida para a caracterização de um panorama ainda pouco conhecido na sociedade portuguesa, e mesmo em países onde a investigação e o trabalho de apoio específico a vítimas de abuso em relações homossexuais estão bastante desenvolvidos (sobretudo nos países anglo-saxónicos).

Mais do que isso, os dados de ambos os lados são imprescindíveis para encarar a necessidade e a pertinência de uma intervenção no sentido da melhoria do conhecimento acerca do fenómeno, da formação dos intervenientes nas instituições e em todo o procedimento de atendimento a vítimas, da criação de estruturas capazes de dar resposta adequada a quem procura ajuda. Os números que estudos recentes apontam (Costa, Machado, & Antunes, no prelo) são preocupantes e indiciam grandes dificuldades de toda uma população envolvida em situações de abuso, tanto enquanto vítimas como perpetradores, às quais a sociedade portuguesa não dá ainda a atenção necessária. O preconceito de que a população homossexual é alvo perpetua-se assim, também, nas respostas que vêm dar a eventuais pedidos de ajuda: é o caso, ainda frequente, da assunção implícita, por parte das autoridades ou dos técnicos de atendimento, de que a vítima, no caso de ser uma mulher, sofre agressões do marido ou do namorado. Este poderá ser apenas o primeiro passo para dissuadir qualquer tipo de denúncia ou pedido de apoio. No caso dos homens, a situação agrava-se porventura, na medida em que a assunção do estatuto de vítima obriga a pôr em causa um dos estereótipos mais frequentemente relatados nos estudos, o de que o homem não “pode” ser vítima, para além de implicar a exposição da orientação sexual.

Um estudo que, como referíamos acima, contemplasse uma amostra mais alargada de relatos de vítimas, de grupos envolvidos no apoio a vítimas de violência doméstica e da população em geral, poderia fornecer dados mais precisos em relação às representações

sociais de um fenómeno face ao qual existe ainda um grande desconhecimento, para além de poder revelar as necessidades, as expectativas e as trajectórias e dinâmicas de violência de toda uma população.

Correndo embora o risco da tautologia, enquanto, por um lado, as vítimas percepcionarem uma ausência de apoio em situações de perigo e se confrontarem com grandes dificuldades na apresentação de queixa e na resolução dos seus problemas, menos as instituições terão de lidar com este tipo de violência e menos conhecimento terão acerca dos seus contornos e especificidades; por outro lado, quanto menos investimento houver, por parte das entidades políticas, judiciárias, policiais, na sua formação específica e na criação de condições para receber, encaminhar e resolver pedidos de ajuda e denúncia de violência conjugal entre pessoas do mesmo sexo, aplicando a lei, menos confiança haverá, para a grande maioria das vítimas, pelo menos para afirmarem os seus direitos.

A mudança de mentalidades em questões que mexem com valores, crenças, atitudes, neste caso, acerca da homossexualidade, em primeiro lugar, em segundo acerca da violência existente nas relações íntimas entre pessoas do mesmo sexo, não se faz de forma súbita, e pode não se fazer sequer com maior formação e informação, porque depende muito das representações cada pessoa, de cada grupo social, de cada grupo profissional. No entanto, a formação e a informação são indispensáveis para que se possam operar mudanças, mudanças não apenas a nível legislativo, fundamentais sem dúvida, mas também no plano das práticas de acolhimento, apoio e encaminhamento de situações de violência conjugal, tão semelhantes àquelas que se verificam em casais heterossexuais, e ao mesmo tempo tão específicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abric, J.C. (1994). *Pratiques Sociales et Représentation*. Paris: PUF.
- Agência LUSA (2006, Dezembro 20). Juízes Consideram que não Existe Violência Doméstica entre Casais Homossexuais. *Público*. Consultado Março 26, 2009, em <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1280235&idCanal=>
- Aids Council of New South Wales (ACON) (2000). *Another Closet. Domestic Violence in Same Sex Relationships*. Consultado Março 28, 2008, em <http://www.uq.edu.au/equity/docs/ssdv.pdf>
- Almeida, C., Vilalonga, J. (Org.) (2007). *Código Penal*. Coimbra: Almedina.
- Amaral, A., & Moita, G. (2004). Como se Faz (e se Desfaz?) o Armário: Algumas Representações da Homossexualidade no Portugal de Hoje. In F. Cascais (Org.) *Indisciplinar a Teoria. Estudos Gays, Lésbicos e Queer* (pp. 99-115) Lisboa: Fenda.
- Antunes, R., & Machado, C. (2005). Dupla invisibilidade: A Violência nas Relações Homossexuais. *Psychologica*, 39, 167-187.
- Arrigo, B. (2000). *Introduction to Forensic Psychology*. Burlington: Elsevier Academic Press.
- Arruda, A. (2002). Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. *Cadernos de Pesquisa*, 117, 127-147.
- Beleza, T. (2007). Violência Doméstica. *Jornadas sobre a Revisão do Código Penal*. Lisboa: Fórum Lisboa. Consultado Janeiro 31, 2009, em http://www.cej.mj.pt/cej/forma-continua/fich-pdf/formacao2007-08/jornadas_penal_textos/violencia_domestica_lisboa_2007tpb.pdf
- Broken Rainbow LGBT Domestic Violence Project (2005). *Broken Rainbow Annual Report 2004-2005*. London: BR-LGBT-VP, UK. Consultado Janeiro 30, 2009, em <http://www.broken-rainbow.org.uk/press/annual%20reports/2004-05.pdf>
- Bryman, A. (1997). *Quantitative Data Analysis with SPSS for Windows: A Guide for Social Scientists*. London: Routledge.
- Cabecinhas, R. (2004). Representações Sociais, Relações Intergrupais e Cognição Social. *Paidéia*, Vol. 14 (28), 125-137.
- Carneiro, N. (2009). *"Homossexualidades": Uma Psicologia entre Ser, Pertencer e Participar*. Porto: Livpsic.
- Chan, C. (2005). Domestic Violence in Gay and Lesbian Relationships. Consultado Novembro 18, 2007, em http://www.austdvclearinghouse.unsw.edu.au/PDF%20files/Gay_Lesbian.pdf
- Chesley, L., MacAulay, D., & Ristock, J.L. (1998). *Abuse in Lesbian Relationships: Information and Resources*. Ottawa: Minister of Public Works and Government Services Canada. Consultado Março 8, 2009, em <http://www.phac-aspc.gc.ca/ncfv-cnivf/publications/femlesbi-eng.php>
- Costa, D. (2008). *As Representações Sociais da Homossexualidade e o Papel da Assumpção da Identidade Sexual e do Sexo de Pertença nas Atitudes para com os Homossexuais*. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade do Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

- Costa, L.G., Machado, C., & Antunes, R. (no prelo). *Violência nas Relações Homossexuais: A Face Oculta da Agressão na Intimidade*. *Psychologica*.
- Creswell, J. (1998). *Qualitative Inquiry and Research Design. Choosing Among Five Traditions*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Doise, W., & Palmonari, A. (Dir.) (1986). *L'Étude des Représentations Sociales*. Neuchâtel: Delachaux & Niestlé.
- Donovan, C., Hester, M., Holmes, J., & McCarry, M. (2006). *Comparing Domestic Abuse in Same Sex and Heterosexual Relationships*. University of Sunderland, University of Bristol.
- Domestic Abuse Intervention Programs (2008). *Duluth Model*. Duluth, MN. Consultado Março 24, 2008, em <http://www.duluth-model.org/>
- Echebarria Echabe, A., & Castro, J.L. (1993). Social Knowledge, Identities and Social Practices. *Papers on Social Representations*. 2 (2), 117-125.
- Fernandes, E., & Maia, A. (2001). Grounded Theory. In E. Fernandes & L. Almeida (Eds.). *Métodos e Técnicas de Avaliação: Contributos para a Prática e Investigação Psicológicas* (pp.49-76). Universidade do Minho: Centro de Estudos em Educação e Psicologia.
- Finnigan, B. et al. (2001). *Education Wife Assault. Same-Sex Abuse*. Toronto: Coalition Against Same-Sex Partner Abuse. Consultado Dezembro 28, 2007, em http://www.womanabuseprevention.com/html/same-sex_partner_abuse.html
- Freire. I. (2008, Outubro 11). Cenas da vida conjugal. *Notícias Magazine* (revista do *Jornal de Notícias*), 63-68.
- Gonçalves, R., & Machado, C. (Coords.). (2002). *Violência e Vítimas de Crimes. Vol. 1 – Adultos*. Lisboa: Quarteto Editores.
- Herek, G. (1991). Stigma, Prejudice, and Violence Against Lesbians and Gay Men. In J. Gonsiorek & J. Weinrich (Eds.). *Homosexuality. Research Implications for Public Policy* (pp. 60-80). Newbury Park, CA: Sage.
- Herzlich, C. *Santé et Maladie: Analyse d'une Représentation Sociale*. Paris: Mouton.
- Hess, A., & Weiner I. (Eds.) (1999). *The Handbook of Forensic Psychology*. New Jersey: Wiley & Sons.
- International Lesbian and Gay Association (2006). *Lesbian and Bisexual Women's Health: Common Concerns, Local Issues*. Issue 121, March 2006. Brussels: ILGA.
- Irwin, J. (2008). (Dis)counted stories: Domestic Violence and Lesbians. *Qualitative Social Work*, 7, 199-215.
- Jodelet, D. (1986). La Representación Social: Fenómenos, Concepto y Teoría. In S. Moscovici. *Psicología Social II* (pp. 469-494) Barcelona: Paidós.
- Jodelet, D. (1989). *Folie et Représentations Sociales*. Paris: PUF.
- Jodelet, D. (1994). *Les Représentations Sociales*. Paris: PUF.
- Kashak, E. (Ed.) (2001). *Intimate Betrayal. Domestic Violence in Lesbian Relationships*. New York: Haworth Press.

- Kirkland, K. (2004). *Abuse in Gay Male Relationships: A Discussion Paper*. Ottawa: National Clearinghouse on Domestic Violence.
- Knauer, N. (1999). Same-Sex Domestic Violence: Claiming a Domestic Sphere While Risking Negative Stereotypes. *Temple Political & Civil Rights Law Review*, 8, 325-350.
- Leventhal, B., & Lundy, S. (Eds.) (1999). *Same-Sex Domestic Violence. Strategies for Change*. Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Machado, C. (2004). Intervenção Psicológica com Vítimas de Crimes: Dilemas Teóricos, Técnicos e Emocionais. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 4 (2), 399-411
- Martinez, L.F. (2008). *Análise de Dados com SPSS*. Lisboa: Escolar Editora.
- Martins S., & Machado, C. (2007). O Olhar Judicial sobre a Violência Conjugal: Um Estudo Qualitativo com Juizes, *Revista do Ministério Público*, 112, 101-119.
- Matos, M. (2006). *Violência nas Relações de Intimidade: Estudo sobre a Mudança Psicoterapêutica na Mulher*. Dissertação de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho - Instituto de Educação e Psicologia.
- Matos, P. (2008). *Atitudes de Estudantes Universitários face à Homossexualidade: Da Homofobia ao Suporte*. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade do Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- McClennen, J. (2005). Domestic Violence Between Same-Gender Partners: Recent Findings and Future Research. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 149-154.
- Moita, M.G. (2001). *Discursos Sobre a Homossexualidade no Contexto Clínico: A Homossexualidade de Dois Lados do Espelho*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Universidade do Porto: Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar.
- Monteiro, M., Cabral, M., & Jodelet, D. (1999). As Representações Sociais da Violência Doméstica: uma Abordagem Preventiva. *Ciência e Saúde Coletiva*, 4 (1), 161-170.
- Moscovici, S. (1976, 1961). *La Psychanalyse. Son Image et son Public*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1988). Notes Towards a Description of Social Representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- National Coalition of Anti-Violence Programs (2001). *Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Domestic Violence in 2000*. A Report of the National Coalition of Anti-Violence Programs. New York: NCAVP.
- National Coalition of Anti-Violence Programs (2004). *Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Domestic Violence: 2003 Supplement*. An Update from the National Coalition of Anti-Violence Programs. New York: NCAVP.
- National Coalition of Anti-Violence Programs (2007). *Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Domestic Violence in the United States in 2006*. A Report of the National Coalition of Anti-Violence Programs. New York: NCAVP.
- National Resource Center on Domestic Violence (2007). *LGBT Communities and Domestic Violence. Information and Resources*. Harrisburg, Pennsylvania: NRCDV.

- New York City Gay and Lesbian Anti-Violence Project (2005). *New York Lesbian, Gay, Transgender and Bisexual Domestic Violence Report (2003/2004)*. New York: NYCG LAVP.
- Niolon, R. (1991). *Domestic Violence in Gay and Lesbian Couples*. Consultado Abril 25, 2008, em www.psychpage.com/learning/library/gay/gayvio.html
- Nogueira, C. (Coord.). (2009). *Estudo sobre Violência Doméstica em Casais LGBT*. Consultado Julho 15, 2009, em <http://estudolgbt.blogspot.com/2009/04/estudo-sobre-violencia-domestica-em.html>
- Nunan, A. (2004). Violência Doméstica entre Casais Homossexuais: o Segundo Armário? *PSICO*, 35 (1), 69-78.
- Pattavina, A., Hirschel, D., Faggiani, D., & Bentley, H. (2007). A Comparison of the Police Response to Heterosexual Versus Same-Sex Intimate Partner Violence. *Violence Against Women*, 13, 374-394.
- Poeschl, G. (2006). *Análise de Dados na Investigação em Psicologia*. Coimbra: Almedina.
- Renzetti, C. (1988). Violence in Lesbian Relationships: A Preliminary Analysis of Causal Factors. *Journal of Interpersonal Violence*, 3, 381-399.
- Richards, A., Noret, N., & Rivers, I. (2003). *Violence and Abuse in Same-Sex Relationships: A Review of Literature*. Leeds: University of Leeds, York St. John College. Consultado Janeiro 31, 2009, em http://www.mesmac.co.uk/know/pdf/Violence_and_Abuse.pdf
- Ristock, J. (2002). *No More Secrets: Violence in Lesbian Relationships*. New York: Routledge.
- Sampson, R. (2007). *Domestic Violence*. Community-Oriented Policing Services (COPS). U.S. Department of Justice, Consultado Dezembro 28, 2007, em <http://www.cops.usdoj.gov/files/ric/Publications/e12061550.pdf>
- Semin, G. (1995). Social Representations. In A. Manstead & M. Hewstone (Eds.) *The Blackwell Encyclopedia of Social Psychology*. (pp. 601-605). Cambridge, MA: Blackwell.
- Strauss, A., Corbin, J. (1994). Grounded Theory Methodology: An Overview. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.). *Handbook of Qualitative Research*. (pp. 273-285). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Teixeira, M. (2006). *Terrorismo (do Passado ao Presente): Contributos para o Estudo das Representações Sociais e do Medo do Terrorismo em Portugal*, Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade do Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Vala, J. (2000). Representações Sociais e Psicologia Social do Conhecimento Quotidiano. In J. Vala & M. Monteiro (Eds.) *Psicologia Social* (pp. 457-502) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Valsiner, J. (2003). Beyond Social Representations: A Theory of Enablement. *Papers on Social Representations*, 12, (7), 7.1-7.16.
- Vickers, L. (1996). The Second Closet: Domestic Violence in Lesbian and Gay Relationships: A Western Australian Perspective. Consultado Novembro 15, 2007, em <http://www.murdoch.edu.au/elaw/issues/v3n4/vickers.html>
- Wagner, W. et al. (1999). Theory and Method of Social Representations. *Asian Journal of Social Psychology*. 2, 95-125.

Walker, L. (1979). *The Battered Woman*. New York: Harper & Row.

Maria Helena da Cunha Pedrosa Topa

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM CASAIS HOMOSSEXUAIS:
DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM COM VÍTIMAS
ÀS VIVÊNCIAS DAS VÍTIMAS**

Anexos

2009

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Universidade do Porto
Mestrado Integrado em Psicologia

Este questionário insere-se num estudo sobre **Violência Doméstica em Casais Homossexuais**, para o qual peço a sua colaboração.
As suas respostas são confidenciais e destinam-se exclusivamente a fins de investigação científica. Por isso, não terá de se identificar. Responsabilizo-me, pessoalmente, pela confidencialidade das suas respostas.

Interessa-me a sua resposta espontânea. Diga todas as respostas que lhe ocorrem. Diga o maior número possível de respostas. Dê respostas curtas. Não existe qualquer limite de tempo.

Quando penso em duas pessoas do mesmo sexo que vivem numa relação conjugal em que há Violência Doméstica penso em...

1.	_____
2.	_____
3.	_____
4.	_____
5.	_____
6.	_____
7.	_____
8.	_____
9.	_____
10.	_____
11.	_____
12.	_____

Para fins estatísticos, agradecia que indicasse:

Sexo:

Idade:

Profissão:

Habilitações Literárias:

Muito obrigada pela sua colaboração!

Estudo exploratório - associação de palavras

Frequência de respostas

Item	Resposta	Freq
1	Desrespeito/falta de respeito	10
2	Igual à violência entre casais heterossexuais	8
3	Assunto pouco falado/pouco conhecido/tabu	7
4	Poder	5
5	Segredo/encobrimento	5
6	Vítima	5
7	Agressor	4
8	Ignorância	4
9	Polícia	4
10	Posse/domínio	4
11	Violência física	4
12	Violência psicológica	4
13	Agressividade	3
14	Ausência/medo de denúncia	3
15	Ciúme	3
16	Depressão	3
17	Falta de auto-estima	3
18	Falta de/problemas de comunicação	3
19	Incapacidade de lidar com frustrações	3
20	Incompreensão	3
21	Maus tratos	3
22	Validade/qualidade questionável da relação	3
23	Vergonha	3
24	Violência verbal	3
25	Agressões várias	2
26	Alcoolismo/toxicodependência	2
27	Antecedentes familiares de violência	2
28	Ausência de apoio à vítima	2
29	Cobardia	2
30	Conflito doméstico	2
31	Controlo	2
32	Crime	2
33	Desespero	2
34	Desigualdade	2
35	Diferença de idades	2
36	Distúrbios/patologia	2
37	Falta de amor	2
38	Falta de sensibilidade	2
39	Falta de educação	2
40	Incertezas/medo de perda	2
41	Mais frequente nos casais masculinos	2
42	Medo	2
43	Medo de exposição por parte da vítima	2
44	Menos frequente do que nos casais heterossexuais	2
45	Mentiras	2
46	Necessidade de intervenção psicoterapêutica	2
47	Os homossexuais vivem em grupos fechados	2

48	Pressão social	2
49	Separação	2
50	Sufrimento	2
51	Traição	2
52	Violência gratuita	2
53	Absurdo	1
54	Abuso	1
55	Armas	1
56	Arrogância	1
57	Ausência de estereótipos	1
58	Ausência de suporte familiar	1
59	Cadeia	1
60	Casais jovens	1
61	Chantagem	1
62	Conflito de papéis	1
63	Culpa	1
64	Degradação	1
65	Descontrolo	1
66	Desgaste emocional	1
67	Deveres/direitos	1
68	Devia ser proibida a existência de casais homossexuais com direitos	1
69	Direito à liberdade	1
70	Direito ao apoio	1
71	Discriminação	1
72	Dupla discriminação	1
73	Esquemas/complots	1
74	Falta de bom senso	1
75	Falta de carácter	1
76	Falta de civismo	1
77	Falta de cultura humana	1
78	Falta de dignidade	1
79	Falta de escrúpulos	1
80	Fenómeno com mais importância do que lhe é atribuída	1
81	Falta de carácter do agressor	1
82	Frustrações	1
83	Fuga	1
84	Gritos/choro	1
85	Hospital	1
86	Humilhação	1
87	Igual a outros tipos de violência	1
88	Imaturidade	1
89	Impossível haver violência entre 2 mulheres	1
90	Incompatibilidades	1
91	Indiferença	1
92	Infidelidade	1
93	Injustiça	1
94	Insatisfação sexual	1
95	Instabilidade emocional	1
96	Intolerância	1
97	Irresponsabilidade	1
98	Isolamento social	1
99	Luta entre animais	1
100	Mal-estar	1
101	Manifestação de sentimentos	1

102	Nada	1
103	Necessidade de protecção à vítima	1
104	Nojo	1
105	Nunca pensei nisso	1
106	Os homossexuais não são violentos	1
107	Os homossexuais são mais compreensivos	1
108	Os homossexuais são mais pacíficos	1
109	Os homossexuais são mais recatados	1
110	Os homossexuais são mais tolerantes	1
111	Perversão	1
112	Preconceito	1
113	Preocupação com as crianças	1
114	Problemas económicos/desemprego	1
115	Problemas mal resolvidos	1
116	Provocação	1
117	Raiva	1
118	Reprodução do modelo heterossexual	1
119	Revolta	1
120	Tão grave como violência em casais heterossexuais	1
121	Vazio legal	1
122	Vergonha das vítimas > do que em casais heterossexuais	1
123	Violência	1

Este questionário insere-se num estudo sobre **Violência Doméstica em Casais Homossexuais**, em desenvolvimento no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Nas páginas seguintes, pedimos-lhe que nos dê a sua opinião acerca de um conjunto de aspectos. **Não existem repostas certas ou erradas** para nenhuma das questões colocadas. Solicitamos que responda de forma **sincera** a todas as questões. As respostas obtidas destinam-se a ser utilizadas unicamente para **fins académicos e científicos**. Realçamos que as respostas reflectem apenas a sua opinião pessoal e não a(s) da(s) instituição(ões) a que pertence, O questionário é **anónimo**, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o mesmo. Não há limite de tempo para a resposta às questões. Por favor, assinale a sua opção de resposta **com uma cruz**.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Solicitamos o preenchimento desta ficha com os seus dados sócio-demográficos, destinada exclusivamente a **fins estatísticos**.

Sexo _____

Idade _____

Profissão _____

Habilitações Académicas:

Até ao 4º ano

Até ao 9º ano

10º ano até ao 12º ano

Frequência do Ensino Superior

Licenciatura ou Bacharelato

Pós-Graduação/Mestrado/Doutoramento

Outras. Indique, por favor _____

Área de formação académica _____

Instituição onde exerce actualmente _____

Há quanto tempo exerce esta actividade? _____

No âmbito da sua actividade profissional, tem contacto directo com vítimas de violência doméstica? Sim Não

1. Quando uma vítima de violência doméstica apresenta queixa às autoridades, o risco de voltar a ser agredida diminui.

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

2. Os actos de agressão perpetrados no contexto das uniões heterossexuais são geralmente mais violentos do que aqueles que se verificam nas uniões homossexuais.

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

3. Um dos motivos pelos quais as vítimas de violência doméstica em casais homossexuais não apresentam mais vezes queixa às autoridades e/ou profissionais de atendimento a vítimas é a consciência que têm dos preconceitos que a sua orientação sexual suscita.

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

4. Não há diferenças significativas entre a violência doméstica que se verifica em casais heterossexuais e em casais homossexuais.

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

5. As vítimas de violência doméstica em casais homossexuais devem ter acesso a serviços que lhes sejam especificamente destinados (por ex., casas-abrigo para vítimas de violência conjugal em casais do mesmo sexo, linhas telefónicas para atendimento a vítimas de violência homossexual).

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

6. As autoridades (policiais, judiciais) estão tão preparadas para acolher, encaminhar e dar solução a queixas apresentadas por vítimas de violência doméstica em casais homossexuais como em casais heterossexuais.

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

7. Quando uma vítima de violência doméstica numa relação entre parceiros do mesmo sexo apresenta queixa às autoridades, o risco de voltar a ser agredida diminui.

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

8. A vítima de violência doméstica tem tanta culpa nas situações de agressão e violência como o/a agressor/a.

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

9. Um casal constituído por pessoas do mesmo sexo deve ter os mesmos direitos e deveres que um casal constituído por pessoas de sexo diferente.

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

10. Quando há violência conjugal entre parceiros do mesmo sexo, o/a agressor/a gere momentos de agressão e pacificação de forma a manter o/a parceiro/a sob sua dependência.

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

11. Existem, em sua opinião, serviços capazes de responder às necessidades de quem apresenta queixa por violência doméstica em casais homossexuais:

a) policiais

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

b) jurídicos

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

c) abrigos

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

d) linhas telefónicas

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

e) aconselhamento e acompanhamento psicológico

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

12. Nos casais homossexuais, é mais correcto falar-se de abuso mútuo do que de violência de um dos parceiros sobre o outro.

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

13. A violência institucional que recai sobre vítimas de violência doméstica é maior para as pessoas que vivem em união homossexual do que para as que vivem em união heterossexual.

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

14. O tipo de agressão cometido em casais homossexuais tende a ser mais de natureza psicológica.

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

15. Considera que as seguintes dimensões influenciam a forma como a generalidade das pessoas encara o fenómeno da violência doméstica em casais do mesmo sexo?

a) homofobia

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

b) heterossexismo

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

c) valores conservadores

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

d) concepções religiosas

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

e) opiniões políticas

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

16. As vítimas de violência doméstica numa união homossexual são tão vítimas como as oriundas de uma união heterossexual.

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

17. Os serviços de apoio a vítimas (policiais, jurídicos, psicológicos, abrigos) estão igualmente acessíveis a vítimas de violência doméstica em casais heterossexuais e a vítimas de violência doméstica em casais homossexuais.

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

18. Em sua opinião, porque é que, numa situação de violência doméstica num casal homossexual, a vítima não abandona a relação?

a) medo da revelação da sua orientação sexual

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

b) medo de represálias (sobre si, filhos, bens, animais domésticos)

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

c) medo de perseguição

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

d) consciência da ausência de protecção face ao/à agressor/a

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

e) falta de confiança no sistema de justiça e nos serviços de apoio à vítima (policiais e outros) para obter ajuda eficiente

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

f) dependência emocional da vítima face ao/à parceiro/a

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

g) medo de perder relações no círculo familiar e social

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

h) medo de isolamento na comunidade homossexual

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

19. Vítimas de violência doméstica em casais homossexuais correm o risco de revitimação, pela exposição da sua homossexualidade, se apresentarem queixa a serviços de apoio à vítima.

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

20. As vítimas de violência doméstica em casais homossexuais estão em situação de maior fragilidade devido às pressões sociais que recaem sobre a sua orientação sexual.

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

21. A violência doméstica em casais homossexuais é um fenómeno praticamente invisível em Portugal.

Discordo totalmente	Discordo	Discordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

22. As seguintes dimensões podem ser consequências de uma situação de violência doméstica em casais homossexuais?

a) medo

Discordo totalmente	Discordo	Discordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

b) vergonha

Discordo totalmente	Discordo	Discordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

c) isolamento

Discordo totalmente	Discordo	Discordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

d) medo da revelação da sua orientação sexual

Discordo totalmente	Discordo	Discordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

e) sentimento de culpa

Discordo totalmente	Discordo	Discordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

f) perda de direitos (laborais, custódia de filhos, etc.)

Discordo totalmente	Discordo	Discordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

g) perda de amigos e familiares

Discordo totalmente	Discordo	Discordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

23. O relato de uma vítima de violência doméstica no contexto de uma união homossexual deve merecer tanta credibilidade como a de uma vítima que sofre violência doméstica numa união heterossexual.

Discordo totalmente	Discordo	Discordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

24. Parece-me importante obter formação específica, no contexto da minha actividade profissional, para lidar com vítimas de violência doméstica em casais homossexuais.

Discordo totalmente	Discordo	Discordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

25. As seguintes dimensões podem ser causas de uma situação de violência doméstica em casais homossexuais?

a) falta de respeito pelo/a parceiro/a

Discordo totalmente	Discordo	Discordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

b) situação de poder desigual entre os/as parceiros/as

Discordo totalmente	Discordo	Discordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

c) dependência emocional da vítima face ao/à parceiro/a

Discordo totalmente	Discordo	Discordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

d) diferentes níveis sócio-económicos dos/as parceiros/as

Discordo totalmente	Discordo	Discordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

e) diferenças significativas de idade entre os/as parceiros/as

Discordo totalmente	Discordo	Discordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

f) diferentes níveis de escolaridade/académicos entre os/as parceiros/as

Discordo totalmente	Discordo	Discordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

g) vergonha em relação à sua orientação sexual

Discordo totalmente	Discordo	Discordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

h) vontade de controlo do/a agressor/a sobre o/a parceiro/a

Discordo totalmente	Discordo	Discordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

i) baixa auto-estima do/a agressor/a

Discordo totalmente	Discordo	Discordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

j) baixa auto-estima da vítima

Discordo totalmente	Discordo	Discordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

l) crença do/a agressor/a e/ou da vítima de que a relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo é socialmente condenável

Discordo totalmente	Discordo	Discordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

m) dependência emocional do/a agressor/a face ao/à parceiro/a

Discordo totalmente	Discordo	Discordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

26. Em Portugal, as autoridades (policiais, judiciais) estão tão preparadas para acolher, encaminhar e dar solução a queixas apresentadas por vítimas de violência doméstica em casais homossexuais como noutros países.

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

27. Em geral, e independentemente de se tratar de uma relação entre pessoas do mesmo sexo ou de sexo diferente, depois de um primeiro episódio de violência doméstica, esta situação tende a repetir-se e a aumentar de intensidade com o tempo.

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

28. A percentagem de violência doméstica em casais homossexuais é menor do que aquela que se verifica em casais heterossexuais.

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

29. Se me deparar, na minha actividade profissional, com uma situação de violência doméstica num casal homossexual, a instituição em que estou inserido/a permite-me dar resposta a essa situação.

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

30. O tipo de agressão cometido em casais homossexuais tende a ser mais de natureza física.

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

31. Nos casais constituídos por pessoas do mesmo sexo, a vítima de violência doméstica tem tanta culpa nas situações de agressão/violência como o/a agressor/a.

Discordo totalmente Discordo Discordo pouco Não concordo nem discordo Concordo pouco Concordo Concordo totalmente

Independent Samples Test

#	VARIÁVEL	Grupo (Téc Vít vs Magistrados)		Sexo		Contacto com vítimas	
6	queixa da vítima diminui risco agressão			t(124) =2.55	p=.01**		
				M σ =4.36 M φ =3.10	DP=1.95 DP=1.72		
7	casais hetero mais violentos que homo						
8	apresentação de queixa casais homo e medo de preconceito						
9	não há diferenças na violência casais hetero e homo						
10	homo devem ter acesso a serviços específicos					t(76) =-2.00	p=.05
						Ms=3.34 Mn=4.88	DP=2.07 DP=1.89
11	preparação igual das autoridades para lidar com vítimas homo e hetero	t(13.85) =-2.61	p=.02	t(14.93) =2.17	p=.05		
		Mt=2.36 Mm=3.77	DP=1.51 DP=1.88	M σ =3.57 M φ =2.38	DP=1.99 DP=1.51		
12	queixa da vítima homo diminui risco agressão	t(124) =-2.02	p=.05	t(124) =2.46	p=.02		
		Mt=3.01 Mm=4.00	DP=1.66 DP=1.87	M σ =4.14 M φ =2.98	DP=1.96 DP=1.63		
13	culpa da vítima é igual à do agressor						
14	casal homo deve ter mesmos direitos e deveres que hetero	t(11.83) =2.24	p=.05				
		Mt=6.61 Mm=5.67	DP=.85 DP=1.44				
15	gestão momentos violência entre parceiros do mesmo sexo para criar dependência						
16	resposta serviços policiais	t(124) =-2.15	p=.03				
		Mt=3.26 Mm=4.38	DP=1.77 DP=1.98				

#	VARIÁVEL	Grupo (Téc Vít vs Magistrados)		Sexo		Contacto com vítimas	
17	resposta serviços jurídicos	t(123) =-2.06	p=.04				
		Mt=4.31 Mm=5.31	DP=1.66 DP=1.60				
18	resposta serviços: abrigos					t(12.07) =3.37	p=.01**
						Ms=3.41 Mn=1.88	DP=1.88 DP=1.14
19	resposta serviços: linhas telefónicas						
20	resposta serviços de aconselhamento e acompanhamento psicológico					t(76) =2.43	p=.02
						Ms=5.13 Mn=3.63	DP=1.65 DP=1.77
21	casais homo: há mais abuso mútuo do que violência de um sobre outro						
22	violência institucional maior para casais homo					t(13.88) =-2.83	p=.01**
						Ms=4.69 Mn=5.75	DP=1.68 DP=.89
23	agressão em casais homo mais psicológica						
24	dimensões representação da violência doméstica em casais homo: homofobia	t(123) =2.64	p=.01**				
		Mt=5.97 Mm=5.00	DP=1.21 DP=1.28				
25	dimensões representação da violência doméstica em casais homo: heterossexismo						
26	dimensões representação da violência doméstica em casais homo: valores conservadores	t(123) =2.81	p=.01**				
		Mt=6.14 Mm=5.25	DP=1.02 DP=1.29				
27	dimensões representação da violência doméstica em casais homo: religião	t(123) =2.38	p=.02				
		Mt=6.09 Mm=5.25	DP=1.15 DP=1.29				

#	VARIÁVEL	Grupo (Téc Vít vs Magistrados)		Sexo		Contacto com vítimas	
39	risco de revitimação homo se queixa, por exposição orientação sexual						
40	maior fragilidade vítima homo	t(123) =2.04	p=.04				
		Mt=5.73 Mm=5.00	DP=1.21 DP=1.35				
41	invisibilidade da violência doméstica em casais homo Portugal					t(12.83) =-2.95	p=.01**
						Ms=4.87 Mn=6.00	DP=1.65 DP=.83
42	consequências violência doméstica em casais homo: medo	t(122) =2.07	p=.04				
		Mt=6.19 Mm=5.67	DP=.80 DP=1.07				
43	consequências violência doméstica em casais homo: vergonha						
44	consequências violência doméstica em casais homo: isolamento						
45	consequências violência doméstica em casais homo: revelação orientação sexual						
46	consequências violência doméstica em casais homo: culpa	t(12.11) =3.07	p=.01**				
		Mt=5.84 Mm=4.42	DP=1.06 DP=1.56				
47	consequências violência doméstica em casais homo: perda direitos	t(122) =2.49	p=.01**				
		Mt=5.37 Mm=4.25	DP=1.45 DP=1.77				
48	consequências violência doméstica em casais homo: perda de amigos e familiares	t(122) =3.21	p=.002**				
		Mt=5.52 Mm=4.25	DP=1.27 DP=1.60				
49	credibilidade vítima homo igual à hetero						

#	VARIÁVEL	Grupo (Téc Vít vs Magistrados)		Sexo		Contacto com vítimas	
61	causas violência doméstica casais homo: condenação social homossexualidade	t(122) =2.73	p=.01**				
		Mt=4.90 Mm=3.67	DP=1.51 DP=1.30				
62	causas violência doméstica casais homo: dependência emocional agressor						
63	preparação autoridades portuguesas para lidar com queixas vítimas homo	t(122) =-3.12	p=.002**	t(122) =2.38	p=.02		
		Mt=2.92 Mm=4.33	DP=1.47 DP=1.72	M σ =4.00 M φ =2.95	DP=1.53 DP=1.51		
64	tendência à escalada após primeiro episódio de violência	t(123) =2.28	p=.02				
		Mt=6.20 Mm=5.62	DP=.85 DP=1.04				
65	percentagem violência doméstica casais homo menor que em casais hetero					t(31.85) =-2.05	p=.05
						Ms=3.74 Mn=4.25	DP=1.56 DP=.46
66	resposta instituição do técnico para lidar com violência doméstica homo						
67	agressão em casais homo mais física						
68	casais homo: vítima tem tanta culpa como agressor	t(121) =-2.10	p=.04				
		Mt=1.66 Mm=2.33	DP=1.07 DP=.89				

Guião da entrevista

1. Dados pessoais
 - Idade, profissão, escolaridade, onde vive?
2. Situação relacional
 - Tem uma relação actualmente (vivem juntos/as? Duração relação? Teve uma relação(ou outras relações) anteriormente?
 - Se tem uma relação presentemente, como a descreveria?
3. Vive/viveu uma situação de violência doméstica? Pode-me falar um pouco da situação (Quando começou? Dinâmica da violência, tipos de abuso? Padrões? Duração? Situações de escalada?)
4. Que significado(s) atribui a esta situação, no contexto desta relação? O que implica/implicou? Mudou alguma coisa na relação (O quê? Como?)
5. Como vive/viveu essa situação (Comportamentos, emoções, pensamentos)? Que impacto tem/teve em si? O que sentiu como (especialmente) violento?
6. Que apoios tem/teve? Com quem pode/pôde contar? Apresentou queixa (A quem? Com que resultados?) Sente-se/Sentiu-se bem atendido/a? Foi-lhe colocada a questão de ser no contexto de uma relação homossexual? Teve de auto-revelar-se? Sentiu a situação como violenta?
7. Viveu outras situações de abuso ou violência? Em contexto de relações íntimas ou noutros contextos?
8. Conhece outras situações semelhantes à sua? Como acha que são vividas? Como acha que são tratadas na nossa sociedade (familiares e amigos, redes de apoio, autoridades)?
9. Em relação à violência doméstica em casais homossexuais, parece-lhe que tem alguma visibilidade na nossa sociedade? No nosso/seu país?
10. Gostaria de ver algo mudado neste contexto (na nossa sociedade, no nosso país especificamente, a nível de associações LGBT)?

ENTREVISTAS – ANÁLISE DE CONTEÚDO

Categorias e subcategorias / dimensões

Fenómeno

Violência doméstica/conjugal em casais homossexuais

Contexto

Trajectórias relacionais

- conhecimento: através do meio laboral ou afinidades de interesses laborais
- relacionamentos com pessoas activistas LGBT (apoio vs. difamação)
 - com e sem casamento
 - com e sem coabitação
 - hetero e homossexual
 - só homossexual
 - divórcio
 - filhos

Afectos

- paixão
- amizade
- amor
- sexualidade associada ao amor
- atracção por homens (episódica) e mulheres

Trajectórias de violência

Dinâmicas de violência

- abrupta, intermitente
- 1º violência verbal, depois física
- emergência da violência: diferença de opiniões, de estatuto de poder, de temperamentos e personalidades

Dinâmicas de vitimação

- dinâmica da vitimação recíproca (mútua, agressão-reacção)

Tipificação/Caracterização da violência

Tipos

- verbal, psicológica, física

Direcção

- unidireccional e bidireccional

Intensidade

- moderada a muito elevada – risco de vida

Discriminação/Estigma

- silêncio face a estas situações / episódios de violência ⇒ 1ª vez que fala do assunto
 - invisibilidade da VD entre casais do mesmo sexo
 - lesbofobia
 - difamação junto à comunidade LGBT

Apoio

- ausência de procura de apoio institucional, de autoridades

Mitos

- amizade
- inexistência de violência doméstica/conjugal nestas relações

Atribuições causais para a violência

Características de personalidade

- características de personalidade da própria (independência, incapacidade de verbalizar)
- características do/a parceiro/a (ciúme, inflexibilidade, intolerância a ausências, coacção, controlo)

Dependência económica e emocional

- habitação, sobrevivência, trabalho

Diferenças de poder

- a “forte” vs. a “fraca”

Diferença de experiências de vida

- independência, coabitação

Consequências da violência

Danos físicos

Danos psico(pato)lógicos

Alívio (“terapia”)

Autoconhecimento